



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

SALVIO DELMAS REGIS

**TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS E INDICADORES
MACROECONÔMICOS: um estudo sobre os estados brasileiros**

**MOSSORÓ – RN
2019**

SALVIO DELMAS REGIS

**TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS E INDICADORES
MACROECONÔMICOS: um estudo sobre os estados brasileiros**

Trabalho de Conclusão Final
apresentado ao Programa de Mestrado
Profissional em Administração Pública
da Universidade Federal Rural do Semi-
Árido, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em
Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Erivando
Xavier Júnior.

**MOSSORÓ – RN
2019**

© Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semiárido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

R337t REGIS, SALVIO DELMAS.
TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS E INDICADORES
MACROECONÔMICOS: um estudo sobre os estados
brasileiros / SALVIO DELMAS REGIS. - 2019.
62 f. : il.

Orientador: Antônio Erivando Xavier Júnior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semiárido, Programa de Pós-graduação em
Mestrado Profissional em Administração Pública,
2019.

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2. CICLOS POLÍTICOS.
3. INDICADORES MACROECONÔMICOS. I. Xavier Júnior,
Antônio Erivando, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

SALVIO DELMAS REGIS

**TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS E INDICADORES
MACROECONÔMICOS: um estudo sobre os estados brasileiros**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Aprovado em 23/08/2019.



Prof. Dr. Antônio Erivando Xavier Júnior
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Orientador



Prof. Dr. Carlos Alano Soares de Almeida
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Examinador Interno



Prof. Dr. Francisco Carlos Carvalho de Melo
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Examinador Externo

MOSSORÓ – RN
2019

A Deus.

Aos meus pais, Antônio e Delma, aos meus
irmãos Murilo e Lilian.

À minha esposa Marícia e filhas Mariana e
Eduarda.

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil chegar até aqui. O caminho, desde a seleção até as últimas linhas aqui escritas foi difícil, penoso e sofrido.

Agradeço e agradecerei sempre:

A Deus, pela dádiva da vida e por sempre me iluminar e permitir que eu conseguisse chegar até o final dessa trilha pedregosa;

Aos meus pais, Antônio e Delma, pelos primeiros ensinamentos, conselhos e renúncias;

Aos meus irmãos, Murilo e Lilian, pelos exemplos que foram e são para mim;

Às minhas tias queridas Delvaí, Delvaci, Delvani, Delvaneide e Dulce, que sempre me incentivaram a estudar e caminhar para frente;

À minha esposa e às minhas filhas, pela força, companheirismo e inspiração de sempre;

Aos professores Ângelo Magalhães, Carlos Alano, Eliane Pinheiro, Eric Amaral, Jacimara Villar, Judson Gurgel, Miguel Añez, Napiê Galvê e em especial ao Prof. Erivando Júnior, pela atenção, dedicação e, sobretudo, pela paciência nas orientações, essenciais à redação deste trabalho de conclusão;

Aos membros da banca examinadora, Professores Carlos Alano e Francisco Carlos, pelas importantes e precisas contribuições;

Aos meus colegas de turma, pelos debates e discussões das salas de aula e também pelo companheirismo demonstrado ao longo do curso, tão importantes para a minha evolução no curso e melhor compreensão da Administração Pública;

A todos os que torceram e me incentivaram.

Muito obrigado!

“A economia ainda terá de compreender como os diferentes tipos de políticas e acordos sociais afetam os incentivos e comportamentos econômicos.” (ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J., 2012, p. 54).

RESUMO

A literatura associada à teoria dos ciclos políticos assinala para a existência de manipulação de gastos em períodos eleitorais, sobretudo quanto às despesas públicas que têm maior capacidade de melhorar a imagem do governante e com isso exercer influência positiva sobre o seu desempenho eleitoral. Sustentado por esta constatação, este estudo tem por objetivo analisar se os ciclos políticos afetam os indicadores macroeconômicos nos estados brasileiros e no Distrito Federal, no período que compreende os anos de 2005 a 2016, compreendendo três ciclos eleitorais. Em relação ao tempo, a pesquisa analisará e confrontará dados do período que compreende os anos de 2005 a 2016. As análises tiveram por objeto, indicadores macroeconômicos que contribuem para a compreensão do mercado e para a composição do Produto Interno Bruto (PIB), como é o caso da receita bruta das empresas, das remunerações pagas aos trabalhadores e do número absoluto de trabalhadores ocupados, de modo a verificar como os anos eleitorais e o primeiro mandato afetaram tais indicadores nos estados e no Distrito Federal. Além disso, analisou-se também o comportamento dos indicadores no caso dos estados em que os filiados ao mesmo partido político do Presidente da República estão tentando a eleição para governador. Os dados coletados foram tratados por meio da regressão com dados em painel, para tanto os indicadores macroeconômicos serviram de variáveis dependentes e as variáveis independentes de interesse foram apresentadas sob a forma de *dummies* que indicam se o ano é eleitoral, se os governantes estão exercendo o primeiro mandato ou se os governantes estão em primeiro mandato e o ano é eleitoral. Os achados da pesquisa apontam que a coincidência partidária entre governadores e Presidente da República aumenta a probabilidade de reeleição, o que sugere a ocorrência de ciclos políticos. Acerca das outras variáveis, porém, foi possível constatar que os ciclos políticos não afetam, em níveis de significância estatística, os indicadores macroeconômicos pesquisados dos estados e do Distrito Federal.

Palavras-chave: Administração pública; Ciclos políticos; Indicadores macroeconômicos.

ABSTRACT

The literature associated with political cycle theory points to the existence of manipulation of expenditures in electoral periods, especially regarding public expenditures that are better able to improve the image of the ruler and thereby have a positive influence on his or her electoral performance. Supported by this finding, this study aims to analyze whether political cycles affect macroeconomic indicators in the Brazilian states and the Federal District, from 2005 to 2016, comprising three electoral cycles. The sampling plan will be composed of the 26 states of the federation, besides the Federal District. In relation to time, the research will analyze and compare data for the period from 2005 to 2016. The analyzes aimed at macroeconomic indicators that contribute to the understanding of the market and the composition of the Gross Domestic Product (GDP), as is the case. The case of companies' gross revenues, wages paid to workers and the absolute number of employed persons, in order to verify how electoral years and the first term of office affected such indicators in the states and the Federal District in the Brazil, was also analyzed the behavior of the indicators in the case of states where members of the same political party as the President of the Republic are trying to elect for governor. The collected data were treated using the panel data econometric regression technique. For this, the macroeconomic indicators served as dependent variables and the independent variables of interest were presented in the form of models that indicate if the year is electoral, if the rulers. They are exercising their first term or if the rulers are in their first term and the year is electoral. The findings of the research indicate that the party coincidence between governors and President of the Republic increases the likelihood of reelection, suggesting the occurrence of political cycles. Regarding the other variables, however, it was found that political cycles do not affect, at levels of statistical significance, the macroeconomic indicators surveyed by the states and the Federal District.

Keywords: Public administration; Political cycles; Macroeconomic indicators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Assimetria informacional e ausência de <i>accountability</i>	22
Figura 2 - Mapeamento das fases da pesquisa.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis dependentes	30
Quadro 2 – Variáveis independentes	31
Quadro 3 – Variáveis de controle	31
Quadro 4 - Resumo metodológico da pesquisa	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Médias das Receitas Brutas das Empresas, por atividade econômica e por Unidade Federativa (2005 a 2016)	36
Tabela 2 – Médias das Remunerações pagas aos trabalhadores, por atividade econômica e por Unidade Federativa (2005 a 2016)	37
Tabela 3 – Médias do Número de Trabalhadores Ocupados, por atividade econômica e por Unidade Federativa (2005 a 2016)	38
Tabela 4 – Teste de médias das Receitas Brutas das Empresas, por atividade econômica	40
Tabela 5 – Teste de médias das Remunerações pagas aos trabalhadores, por atividade econômica	41
Tabela 6 – Teste de médias do Número Absoluto de Trabalhadores Ocupados	42
Tabela 7 – Influência dos ciclos políticos sobre a receita bruta das empresas	45
Tabela 8 – Influência dos ciclos políticos sobre a remuneração paga aos trabalhadores	46
Tabela 9 – Influência dos ciclos políticos sobre o número absoluto de trabalhadores ocupados	46

LISTA DE SIGLAS

CO	Região Centro Oeste
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado
LC	Lei Complementar
N	Região Norte
NE	Região Nordeste
PAC	Pesquisa Anual do Comércio
PAIC	Pesquisa Anual da Construção Civil
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Primeiro Mandato
PMAE	Primeiro Mandato e Ano Eleitoral
POP	População
PRE	Coincidência partidária com o Presidente da República
S	Região Sul
SD	Região Sudeste
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	9
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.3.1 Estrutura do Trabalho de Conclusão Final.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 A TEORIA DA AGÊNCIA (<i>AGENCY THEORY</i>).....	15
2.1.1 A Teoria da Agência na Administração Pública.....	18
2.2 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS.....	22
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 UNIVERSO E AMOSTRA.....	29
3.2 VARIÁVEIS E MODELO ECONOMETRICO.....	30
3.3 QUADRO RESUMO DA METODOLOGIA.....	33
3.4 FASES DA PESQUISA.....	34
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	35
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	35
4.2 TESTE DE MÉDIAS.....	39
4.3 REGRESSÃO COM DADOS EM PAINEL.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Administração Pública, apesar de ser diferente do Estado, está a ele intimamente ligada. Matias-Pereira (2009, p. 129) justifica que o Estado compreende “um conjunto de instituições criadas, recriadas e ajustadas para administrar conflitos e tensões em um determinado território”. O autor também defende que é por meio da Administração Pública que o Estado materializa-se. Desse modo, a Administração Pública existe para “materializar e arbitrar esses conflitos e tensões que são levados para o Estado” (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 129).

Gaitan (1989) reforça esta ideia complementando que cabe à Administração Pública cumprir os fins definidos pelo Estado, constituindo-se como seu pilar fundamental. Na visão de Gaitan (1989), é responsabilidade da Administração Pública a execução das decisões do Estado, atuando como “um instrumento que o Estado mobiliza para a execução prática de seus programas” (GAITAN, 1989, p. 49). Neste sentido, Gaitan (1989) acrescenta que a finalidade da administração pública baseia-se na realização de ações que possibilitem o alcance dos objetivos do Estado. Para o autor, os fins da Administração Pública estão diretamente relacionados aos fins do Estado.

As responsabilidades do Estado consistem em oferecer bens e serviços públicos capazes de suprir às necessidades básicas dos cidadãos, cabendo à Administração Pública gerir os recursos arrecadados eficientemente para que as demandas sociais possam ser atendidas (MANZOOR, 2014).

Admitindo-se que a sociedade delega aos governantes poderes para gerenciamento de recursos econômicos, financeiros, físicos e humanos, é possível que ocorram problemas relacionados à Teoria da Agência, desenvolvida por Jensen e Meckling (1976). De acordo com esta teoria, o Agente (governante), alheio aos interesses do Principal (cidadãos), pode tomar decisões que lhe favoreça individualmente.

O governo desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos públicos, a adequada aplicação dos recursos pode criar condições para a geração de benefícios, como o crescimento dos números de produtividade de um país e a geração de emprego e

renda, entre outras externalidades positivas (DEGENHART; VOGT; ZONATTO, 2016, p. 234).

Devarajan *et al* (1996, p. 235) defendem que as despesas públicas exercem influência direta sobre o crescimento do Estado. Agenor e Neanidis (2015) acrescentam que o dinheiro público é um importantíssimo indutor da economia com condições de promover o crescimento de forma direta, por meio do aumento da produtividade.

Decisões políticas podem ser determinantes para o desenvolvimento econômico, desse modo, as ações dos gestores refletem diretamente nos indicadores macroeconômicos de regiões, estados e países (VARVARIGOS, 2010).

Segundo Queiroz (2015), as relações entre economia, política e eleição deram origem às teorias que verificam as consequências políticas das ações dos mandatários do poder executivo. Sustenta o autor que, é possível considerar que a teoria dos ciclos políticos é um segmento da teoria da agência, e que ambas podem explicar como os mandatários de cargos públicos são levados a agir por seus próprios interesses diante de uma situação específica: a eleição.

Nakaguma e Bender (2010) propõem que os cidadãos preferem governos mais competentes. Nesse sentido, espera-se que os eleitores sejam capazes de recompensar as gestões com melhores níveis de eficiência. Portanto, é natural que os efeitos positivos que as boas práticas exercem sobre os votantes, incentivem os políticos a desenvolverem gestões mais eficientes com o propósito de manterem-se no poder, por meio da reeleição.

Um dos principais precursores da Teoria dos Ciclos Políticos é Downs (1957), segundo o qual a principal meta de cada um dos candidatos que disputa uma eleição é sinalizar para o eleitorado as suas qualidades e as suas capacidades técnicas e, no caso dos que disputam uma reeleição ou que pretendem eleger um correligionário, as suas realizações dos mandatos passados ou mesmo dos atuais. Unindo este fato à tendência natural do ser humano de perseguir seus próprios interesses, os candidatos a cargos públicos eletivos pretendem levar o eleitor a crer que o seu governo é exatamente o que eles desejam e necessitam. Dessa forma, em períodos eleitorais os governantes passam a agir de modo a acentuar a sua competência, o seu “altruísmo” e os níveis de eficiência dos seus governos. O propósito de condutas dessa natureza é garantir que a vitória nas urnas torne-se mais fácil.

Besley e Case (1995) assinalam que os políticos que têm o desejo de continuar à frente de um governo buscam manter uma boa reputação junto ao eleitorado. Desse

modo, pesquisas apontam (BESLEY; CASE, 1995; FERRAZ; FINAN, 2005) que os níveis de eficiência das gestões podem ser influenciados pela possibilidade do gestor concorrer à reeleição, ou pelo interesse que ele tem em eleger um partidário (BESLEY; CASE, 1995; FERRAZ; FINAN, 2005; KLEIN; SAKURAI, 2015). Por outro lado, estudos também revelam que os governantes que não podem concorrer à reeleição ou que não têm interesse em eleger um correligionário, estão inclinados a produzir déficits fiscais mais elevados ou se envolverem em escândalos de corrupção (BESLEY; CASE, 1995; FERRAZ; FINAN, 2005).

A produção científica internacional sobre ciclos políticos é bastante ampla e tem sido abordada por diversas correntes da teoria econômica, desde a visão heterodoxa pioneira de Kalecki (1943) até os modelos de ciclos oportunistas com expectativas adaptativas de Nordhaus (1975) e sua reformulação para expectativas racionais (ROGOFF; SIBERT, 1988; ROGOFF, 1990). O objetivo comum destas distintas abordagens é explorar as conexões entre economia e política e, assim, procurar oferecer uma explicação adicional para as flutuações econômicas a partir da influência dos fatores políticos.

Pesquisas internacionais comprovam a concentração de gastos públicos nos períodos eleitorais. Ensaio realizado com países (KATSIMI; SARANTIDES, 2012; VERGNE, 2009) apontam que nos períodos eleitorais, gestores intensificam as despesas correntes em detrimento das de capital. As pesquisas que avaliaram os municípios, porém, (DRAZEN; ESLAVA, 2010; VEIGA; VEIGA, 2007), concluíram que o comportamento oportunista está nos investimentos, uma vez que são despesas finalísticas, capazes de sinalizar para o eleitorado, competência do gestor, o que aumentaria as suas chances de reeleição.

De acordo com Degenhart, Vogt e Zonatto (2016), as relações entre a despesa pública e o crescimento econômico têm atraído o interesse de economistas, agentes públicos e estudiosos. Neste sentido, ainda de acordo com os autores, achados de pesquisas sugerem que os gastos públicos têm o poder de elevar o crescimento econômico e aumentar a produtividade da área privada.

Para Bogoni, Hein e Beuren (2011), a participação da administração pública na demanda agregada¹, pode ser enxergada como uma externalidade positiva, capaz de gerar benefícios para a sociedade.

Comumente, a produção científica sobre ciclos políticos concentra-se na análise das despesas públicas, procurando verificar a ocorrência de componentes cíclicos cuja trajetória temporal coincida com o calendário eleitoral, ou seja, as pesquisas buscam investigar se há uma tendência cíclica de aumento ou concentração de despesas públicas finalísticas de maior visibilidade para os votantes, no período pré-eleitoral e sua desaceleração no período pós-eleição (ORAIR *et al*, 2014).

Entretanto, este estudo pretende contribuir com a literatura sobre a teoria dos ciclos políticos ao suscitar uma discussão sob o enfoque da influência dos anos eleitorais sobre o desempenho macroeconômico dos estados e do Distrito Federal, pois para (FIALHO, 1997, p. 379), “há uma estreita relação entre o comportamento de algumas variáveis macroeconômicas e os períodos eleitorais”.

É neste contexto, que se pretende verificar se determinados indicadores macroeconômicos são influenciados pelos períodos eleitorais. O propósito da pesquisa é, portanto, encontrar respostas ao seguinte problema: os ciclos políticos afetam os indicadores macroeconômicos dos estados brasileiros e do Distrito Federal?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Ante o problema exposto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em:

- Analisar se os ciclos políticos afetam os indicadores macroeconômicos dos estados brasileiros e do Distrito Federal, no período que compreende os anos de 2005 a 2016.

¹ Demanda agregada é a demanda global de bens e serviços numa economia em um dado momento e nível de preços. Corresponde ao total de bens e serviços que poderão ser adquiridos a todos os níveis de preços possíveis. A demanda agregada depende da quantidade de moeda em poder dos consumidores, das empresas e dos governos, assim como das despesas e impostos a que estão sujeitos esses agentes econômicos (TEBCHIRANI, 2012).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar os indicadores macroeconômicos dos estados brasileiros no período que compreende os anos de 2005 a 2016;
- Analisar se os indicadores macroeconômicos dos estados brasileiros são influenciados por eventuais ciclos políticos;
- Verificar se, no primeiro ano de mandato, a gestão dos governadores influencia os indicadores econômicos dos estados brasileiros, no período que compreende os anos de 2005 a 2016.

1.3 JUSTIFICATIVA

Em razão da autonomia fiscal da qual gozam os estados e o Distrito Federal e do calendário eleitoral, que prevê a realização de eleições periodicamente e em datas previamente estabelecidas, é fundamental ampliar o conhecimento sobre a ocorrência dos ciclos políticos e a eventual influência que eles exercem sobre os indicadores macroeconômicos, notadamente na esfera estadual, vez que de acordo com (FRANZESE, 2010), o processo de descentralização que ocorreu no Brasil a partir da década de 1980 e o desenho federativo traçado desde então, transferiram a implementação e até o custeio de algumas políticas públicas, às esferas de governo estadual, distrital e municipal.

Nessa perspectiva, espera-se contribuir para a compreensão do fenômeno dos ciclos políticos e a relação destes com os indicadores macroeconômicos, por meio de evidências que sejam capazes de comprovar que os anos eleitorais afetam determinados indicadores macroeconômicos dos estados brasileiros.

Ademais, a maior parte das pesquisas realizadas no país procura confirmar a ocorrência dos ciclos políticos orçamentários e nesta busca utilizam algumas variáveis fiscais, partindo da execução das despesas orçamentárias, como é o caso das pesquisas de Sakurai e Menezes-Filho (2008), de Nakaguma e Bender (2010), de Arvate, Mendes e Rocha (2010) e de Klein (2010). Desse modo, a presente pesquisa diferencia-se dos demais estudos brasileiros, pois aborda a teoria dos ciclos políticos sob o prisma da influência dos anos eleitorais sobre os indicadores macroeconômicos, assim como nos trabalhos de Nordhaus (1975), que além das variáveis microeconômicas também lança mão de aspectos macroeconômicos.

1.3.1 Estrutura do Trabalho de Conclusão Final

O estudo encontra-se dividido em quatro capítulos, a saber:

- O primeiro capítulo é composto pela introdução, na qual está contida uma breve contextualização do conteúdo abordado no trabalho, com a exposição do problema da pesquisa, do objetivo geral e dos específicos, além da justificativa;
- O segundo capítulo é dedicado ao Referencial Teórico, que contempla a revisão bibliográfica sobre estudos e teorias relacionados à administração pública, sobre a Teoria dos Ciclos Políticos e sobre desempenho e eficiência públicas;
- O terceiro capítulo traz os aspectos metodológicos da pesquisa, compreendendo a classificação metodológica, o universo e a amostra da pesquisa, bem como as fontes e o método de tratamento dos dados necessários à apresentação de respostas ao problema da pesquisa;
- O quarto capítulo apresenta a descrição e análise dos achados da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está empenhado em apresentar o arcabouço teórico que dá sustentação ao desenvolvimento da pesquisa e está dividido em duas partes, a primeira delas é dedicada à Teoria da Agência e pretende colaborar para a compreensão dos problemas que podem surgir quando governantes atuam privilegiando os seus interesses pessoais. A segunda parte traz um exame acerca do desenvolvimento da Teoria dos Ciclos Políticos, como forma de consubstanciar a potencial influência que os anos eleitorais podem exercer sobre os indicadores macroeconômicos.

2.1 A TEORIA DA AGÊNCIA (*AGENCY THEORY*)

A Teoria da Agência, ou Teoria do Agente-Principal, constitui uma linha teórica multidisciplinar que explica e apresenta soluções aos problemas decorrentes dos conflitos de interesses existentes entre as partes de um pacto ou contrato, no âmbito de uma organização (MARTINEZ, 1998).

De acordo com Santos (2004) deve-se a Jensen e Meckling (1976) a modelagem da Teoria, assim como a sua difusão, entretanto, alguns de seus enunciados já povoavam a obra *The Modern Corporation & Private Property*, publicada em 1932 por Adolf Berle e Gardiner Means. Ainda de acordo com Santos (2004), o livro de Berle e Means trata de corporações e propriedade privada e concentra-se nos conflitos de interesses, comuns em estruturas ou modelos organizacionais nos quais há segregação entre propriedade e gestão.

A Teoria da Agência nos moldes de Jensen e Meckling (1976) refere-se a um tipo específico de relação entre duas ou mais partes em que uma delas, designada de agente, atua em benefício ou como representante de outra, que é chamada de principal (ROSS, 1973). A relação entre o agente e o principal é assimétrica, uma vez que, conforme exposto por Miller (2005), a autoridade está de um lado e a vantagem informacional do outro, ou seja, enquanto o principal é detentor de algum tipo de poder ou goza de alguma autoridade que lhe permite induzir, de acordo com os seus interesses, as ações do agente, este último, porém, detém mais informações sobre as condições em que irá atuar, sobre os cursos das ações possíveis e também acerca dos possíveis resultados dessas ações.

Para Mendes (2001) e Slomski *et al* (2008, p. 32), a Teoria da Agência analisa os conflitos e custos resultantes da segregação existente entre propriedade e controle de recursos, bens e capitais, para eles a relação de agência estabelece-se quando uma parte delega responsabilidades pela tomada de decisões a outra, em troca de uma determinada compensação, desse modo ocorre a relação de agência quando o principal confere poderes ao agente e este recebe em troca, algo que havia sido previamente pactuado.

Jensen e Meckling (1976) defendem que a relação de agência se estabelece por meio de um contrato em que uma pessoa (principal) emprega ou elege outra pessoa (o agente) para prestação de serviços em seu favor, esta relação envolve a delegação de autoridade e poder de decisão ao agente.

As relações contratuais constituem o sistema de referência da Teoria da Agência. Os contratos de que trata a Teoria, podem ser caracterizados de acordo com a definição de Brousseau (1993), que considera que o contrato é um acordo por meio do qual as partes (agente e principal) obrigam-se umas para com as outras a ceder ou se apropriar, realizar ou deixar de realizar determinadas atividades.

Hatch (1997) sustenta que o problema da Teoria da Agência reside no risco de o agente agir de acordo com os seus próprios interesses, em detrimento dos interesses do principal, inobstante as relações contratuais existentes entre eles. Martinez (1998) segue na mesma direção ao realçar que “o agente pode assumir um comportamento oportunista nas suas ações ou omissões, visando aumentar a sua satisfação pessoal, sem pensar no principal”.

Para Eisenhardt (1989), os principais podem verificar se os agentes estão agindo em benefício próprio, por meio do monitoramento direto das ações dos agentes, ou indiretamente pelo acompanhamento dos resultados das suas ações.

Hendriksen e Van Breda (1999) avançam na questão ao assinalarem que, “os principais são avaliadores de informações, já os agentes são tomadores de decisões”. O sistema de informações deve ser capaz de levar os tomadores de decisões a optar pelas melhores alternativas de decisões, em observância aos interesses do principal.

A informação é, para a Teoria da Agência, uma *commoditie* que possui valor e preço, mas opera em um mercado imperfeito, em decorrência da ocorrência de informações assimétricas (MARTINEZ, 1998). Para Eisenhardt (1989) isso implica dizer que as organizações podem investir em sistemas de informação capazes de controlar o oportunismo dos agentes. Esta assimetria ocorre porque o principal não consegue analisar todas as ações do agente. Akdere e Azevedo (2006) apontam que

ocorre assimetria da informação quando o principal não consegue monitorar o comportamento e o trabalho do agente plenamente, na maior parte dos casos apenas o próprio agente conhece os fatores que impuseram os limites e restrições ao monitoramento do seu trabalho.

A assimetria informacional não se dá apenas pela incapacidade do principal de monitorar o comportamento e o trabalho do agente, mas também por causa do conflito de interesses. Cruz, Ferreira e Silva (2011), salientam que o agente recebe poder e autoridade para gerir recursos que não lhes pertencem e em razão disto pode desenvolver interesses relacionados à organização, que são capazes de se chocar com os interesses do principal ou da própria organização.

Por causa do poder que lhe foi conferido, o agente, ao tomar decisões, pode optar por alternativas que mais lhe favoreçam, em detrimento dos interesses do principal. Como os instrumentos de análise do trabalho do agente são relatórios de desempenho e outros demonstrativos carregados de informes, notícias e dados, o agente tende a divulgar informações incompletas ou assimétricas. Quando se verifica a assimetria, tanto a quantidade quanto o tipo das informações reveladas pelo agente tendem a favorecer a sua permanência como agente, o que lhe assegura também a continuidade da defesa dos seus interesses.

Arrow (1985) identificou que a assimetria de informações pode ser explicada por meio de dois modelos de comportamento: o *moral hazard*, ou risco moral, que está relacionado ao acobertamento de ações; e a seleção adversa, relacionada à ocultação de informações. O risco moral envolve situações em que as ações dos agentes não são de conhecimento do principal ou são muito onerosas para serem observadas. Já a seleção adversa circunda os casos em que os agentes detêm informações que são desconhecidas pelo principal, ou cujos custos para obtê-las são elevados.

O exemplo clássico de seleção adversa existente na literatura é o do mercado de automóveis usados nos Estados Unidos. Numa pesquisa seminal Akerlof (1970) constatou que os compradores americanos de carros usados desconhecem a verdadeira qualidade deles e a falta de informação dos compradores sobre os atributos das mercadorias pode levar a uma diminuição da qualidade. Como forma de esclarecer as suas ideias, Akerlof (1970) acrescenta que como os compradores nesse mercado desconhecem a verdadeira qualidade dos automóveis (que para os vendedores é sempre ótima), vão estimá-los por um valor médio, ou seja, os automóveis de boa qualidade serão subvalorizados e os de má qualidade supervalorizados. Para Akerlof (1970), os

vendedores de boas mercadorias tenderão a afastar-se deste mercado, já que os compradores acreditam que aquilo que compram é de qualidade mediana, enquanto os vendedores das mercadorias de baixa qualidade tenderão a ser atraídos para este mercado.

O risco moral, por outro lado, lastreia-se nas ações dos agentes, que podem acabar influenciando esse risco após a transação ser efetivada (CARVALHO *et al*, 2002). Um bom exemplo de risco moral está no mercado de seguros, no qual diferentes consumidores que contrataram apólices de seguros têm comportamentos distintos no que diz respeito ao cuidado com o bem segurado, fato este que vai impactar a probabilidade de ocorrência de sinistro entre eles.

A Teoria da Agência, além de diagnosticar a natureza dos problemas, sugere mecanismos capazes de oferecer respostas às dificuldades derivadas da relação entre principal e agente (MARTINEZ, 1998), desse modo soluções para os problemas de agência normalmente passam por monitoramento e penalização. Para Clegg, Hardy e Nord (1996), o monitoramento envolve a observação do desempenho dos agentes e a penalização diz respeito à punição pelos seus comportamentos indesejados.

Na esfera pública, as relações de agência são tratadas reiteradamente sob a ótica da teoria da escolha pública, que considera que é obrigação do Estado, representado pelos agentes políticos eleitos para ocupar seus cargos, desenvolver políticas públicas capazes de satisfazer as necessidades da sociedade civil (LEMIEUX, 2015). Silva (1996) defende que é possível identificar, nesse contexto, uma relação de agência em que o cidadão se coloca como principal e o governante como agente. Inexistindo razões para crer que o comportamento dos indivíduos em relação às decisões públicas será diferente daquele observado em suas escolhas particulares, considerando ainda o fato de que os indivíduos tendem a buscar sempre a satisfação máxima dos seus próprios interesses, tem-se que, em regimes democráticos, políticas de governo invariavelmente refletirão as irracionalidades das pessoas comuns (BUCHANAN; TULLOCK, 1962; VISCUSI; GAYER, 2015).

2.1.1 A Teoria da Agência na Administração Pública

De acordo com as ideias expostas por Jean-Jacques Rousseau (1996, p. 20) no clássico *Do Contrato Social*, o Estado surgiu para “encontrar uma forma de associação que defenda e proteja, com toda a força comum, a pessoa e os bens de cada associado”,

ou seja, para fazer face aos conflitos que são comuns na convivência social. Segundo Rousseau, em um território onde há a presença do Estado, os indivíduos alienam seus direitos e liberdades em favor do Estado e então, tácita e livremente, aderem a um contrato social que pressupõe que o Estado existe para promover o bem comum da coletividade (ROUSSEAU, 1996).

Com o propósito de extrair o melhor do que a vida em comunidade pode oferecer, os indivíduos tendem a organizar-se politicamente de tal forma que o interesse particular de alguns não prevaleça sobre o bem-estar da maioria (SANTANA JÚNIOR, 2008). É por meio da gestão pública que o Estado cria condições para que as suas funções primordiais sejam executadas com vistas à promoção do bem comum (SANTANA JÚNIOR, 2008, p. 12).

Entretanto, a execução das atividades que justificam a existência do Estado exige a disponibilidade de recursos financeiros. Em razão disso, os cidadãos contribuem compulsoriamente, por meio dos tributos, para a manutenção das estruturas administrativas dos governos e para a realização de investimentos em educação, saúde, saneamento básico, segurança pública, geração de emprego e renda, entre outras áreas (MANZOR, 2014).

Santana Júnior (2008, p. 30), porém, ressalta que quando os cidadãos são compungidos a pagar tributos, também passam a cobrar do Estado, por meio dos seus governantes e gestores públicos, o cumprimento do “contrato social”. Com isso, os cidadãos tentam assegurar-se que os recursos provenientes dos seus tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuições sociais) sejam empregados de maneira eficiente, eficaz e efetiva.

Aplicando as premissas da Teoria da Agência na esfera pública, especialmente no que tange à relação e os conflitos entre principal e agente, é nítida a associação que se pode fazer entre a sociedade (principal) e os governantes (agente). Partindo dessas definições conceituais, pressupõe-se que o Estado é percebido como uma das partes da relação contratual entre cidadãos e governo.

Nesse sentido, Siffert Filho (1998, p. 26) e Slomski *et al.* (2008, p. 131) apresentam a Teoria da Agência como umas das tendências teóricas fundamentais para estudos que têm como foco a gestão pública. Como justificativa, os autores defendem que a análise do conceito de relação de agência permite admitir que as entidades públicas podem ser observadas sob a perspectiva da Teoria da Agência. Isto porque, ao observar o Estado e suas entidades sob o conjunto de contratos que representam, é

possível atestar a existência de uma relação de agência, a partir de três princípios básicos: “1) o agente dispõe de vários comportamentos possíveis a serem adotados; 2) sua ação afeta o bem-estar das duas partes; e 3) as ações do agente dificilmente são observáveis pelo principal, havendo, dessa forma, assimetria informacional” (SIFFERT FILHO, 1998, p. 26). Estas três condições contribuem para o surgimento de conflitos na relação entre Estado e Sociedade, em que o primeiro é o gestor dos recursos aportados pelo segundo. No ambiente estatal/governamental existem plenas condições de se caracterizar uma relação de agência, o que permite que alguns problemas nesse ambiente possam ser analisados e compreendidos à luz da Teoria da Agência (SLOMSKI *et al.*, 2008, p. 131).

As premissas propostas por Siffert Filho (1998, p. 26) e Slomki *et al.* (2008, p. 133) referem-se aos pré-requisitos para ocorrência de conflitos na relação Estado-sociedade. Os administradores públicos, que representam o Estado na gestão dos recursos financeiros granjeados pela sociedade, podem comportar-se de diferentes maneiras. Albuquerque *et al.* (2007) afirmam que são várias as situações em que “pode-se observar que os planos de governo nem sempre estão em consonância com os anseios da coletividade, pois o gestor, mesmo na figura de representante do povo, é dotado de certo nível de autonomia na gerência dos recursos financeiros”.

A teoria baseia-se, de acordo com Schillemans (2013), justamente na divergência de interesses entre agentes e principais, vez que as pessoas são orientadas a atender a seus próprios interesses. Além do mais, em razão da pouca racionalidade dos indivíduos, potencializada pelo acesso limitado a informações e pelas limitações cognitivas e de tempo, multiplicam-se as oportunidades para o oportunismo gerencial, que se explica pela manipulação de assimetrias de informação para apropriação de benefícios (FIANI, 2002).

Slomski *et al.* (2008, p. 133) defendem que, admitida a existência de assimetria informacional entre agente e principal, é necessário avaliar se o governante (agente) tomará decisões que maximizem os interesses dos cidadãos (principal). A partir dos princípios da Teoria da Agência, pode-se admitir que o gestor público, no papel de agente, possui interesses pessoais que podem estar relacionados à sua condição de gestor e que em razão disso podem se chocar com os interesses da sociedade.

A autonomia de que goza o gestor público, lhe permite optar entre algumas alternativas, em se tratando da aplicação dos recursos públicos. A opção por investir em determinada área, pode gerar insatisfação quando a coletividade espera que outros

setores sejam priorizados. Nesta perspectiva, surge a necessidade de criação de mecanismos de governança que assegurem que o gestor preste contas dos seus atos, pois segundo Pinho e Sacramento (2009, p. 1348) “aquele que falha no cumprimento de diretrizes legítimas deve ser responsabilizado pelo seu desempenho e pelo resultado das suas ações”, é a ideia central do conceito de *accountability*. Eisenhardt (1989), Martinez (1998), Clegg, Hardy e Nord (1996), seguem na mesma direção, ao pregarem que o monitoramento, o controle das ações do agente e a responsabilização, são capazes de atenuar os problemas de agência.

As discussões acerca dos problemas de agência no contexto do setor público se dão em torno da assimetria informacional, pois de acordo com Albuquerque *et al.* (2007), a assimetria informacional provoca um distanciamento entre Estado e Sociedade.

A assimetria informacional no âmbito público, que pode ser causada ou agravada pela ineficiência dos canais de comunicação e pela ausência de políticas públicas capazes de incentivar o exercício da cidadania, traz consequências danosas para a sociedade, como a insatisfação popular com a prestação de serviços públicos, por exemplo, e pode por em cheque a legitimidade das ações do Estado (ALBUQUERQUE *et al.*, 2007).

Desse cenário, surge um conflito informacional, no qual o agente (governante) não cria mecanismos de comunicação eficiente com o principal (cidadãos), devido aos ruídos observados no processo (assimetria informacional). Albuquerque *et al.* (2007) apresentam como mediadora do conflito informacional a *accountability*, cujos atributos (transparência, clareza e tempestividade) contribuem para a aproximação dos cidadãos com o Estado.

A Figura 1 serve para ilustrar como a assimetria informacional e a ausência dos atributos da *accountability*, podem significar a ruptura do ciclo e a consequente descontinuidade do fluxo de informações entre Estado e Sociedade.

Figura 1 - Assimetria informacional e ausência de *accountability*

Fonte: Adaptado de Albuquerque *et al.* (2007).

Considerando que a maximização do bem-estar da sociedade é a função precípua do Estado, o pensamento econômico tradicional estabelece uma base lógica de interesse mútuo e racional entre economia e política. Contudo, de acordo com Aubin (1999), estudiosos da corrente positivista do pensamento econômico rejeitam essa hipótese, pois a consideram irracional sob o prisma dos indivíduos, que na condição de governantes, estão sujeitos a avaliações eleitorais periódicas (MARTINS, 2002).

Downs (1957) crê que os agentes possuem tanto um motivo particular quanto uma função social e que determinados indivíduos executam as suas funções sociais como meio de atingir os seus fins privados, como renda, prestígio e poder, por exemplo. Os trabalhos que buscavam estabelecer relações entre economia, política e eleição deram origem às teorias que verificam as consequências políticas das ações econômicas dos agentes públicos. De acordo com Downs (1957), é possível afirmar que a teoria dos ciclos políticos é um viés da teoria da agência, cujo objetivo é evidenciar como os governantes são levados a agir de acordo com os seus próprios interesses diante de um evento específico, que é a eleição.

2.2 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS

Os estudos seminais sobre a teoria dos ciclos políticos foram realizados por Kalecki (1943) e Akerman (1947). Entretanto, a teoria ganhou método graças às pesquisas de Downs (1957) e corpo com as contribuições de (FREY; LAU, 1968; NORDHAUS, 1975; LINDBECK, 1976; HIBBS JUNIOR, 1977; ALESINA, 1987;

ALESINA; SACHS, 1988; ROGOFF; SIBERT, 1988; ROGOFF, 1990), a partir de estudos realizados nas décadas de 1970 e 1980 e no início dos anos 1990.

Refletindo sobre os fatores políticos do pleno emprego, Kalecki (1943) concluiu que, se o capitalismo não se moldasse e desenvolvesse novas instituições sociais e políticas que refletissem o aumento de poder da classe trabalhadora, o pleno emprego contínuo seria um objetivo inalcançável. Ao invés disso, as democracias capitalistas estariam sujeitas a um regime de ciclos econômicos em que recessões seriam criadas e as taxas de desemprego aumentariam substancialmente por causa de atos políticos que tinham o objetivo de restabelecer o poder dos líderes empresariais, que tinham perdido força e autoridade em razão da política de pleno emprego contínuo. O modelo de Kalecki (1943) demonstra que os líderes empresariais controlam de maneira desproporcional os mecanismos políticos, para ele, os ciclos políticos ocorrem em razão da natureza não representativa do sistema político.

Baseando as suas pesquisas em uma, até então, aparente correlação entre ciclos econômicos e a duração dos mandatos eletivos, Akerman (1947) investigou a ocorrência desta correspondência na Inglaterra (1855-1945), Estados Unidos (1865-1945), Alemanha (1871-1945) e Suécia (1866-1945). Nos casos de Inglaterra e Estados Unidos, o autor encontrou uma estreita ligação entre os indicadores econômicos e o resultado das eleições. Além disso, utilizando dados dos Estados Unidos, Akerman (1947) examinou os possíveis impactos que determinados eventos políticos poderiam causar na situação econômica daquele país. Os resultados das pesquisas evidenciaram que, entre 1896 e 1944, pequenos ciclos econômicos de quatro anos, correspondentes ao período de um mandato presidencial, foram identificados.

Como forma de desenvolver os seus próprios estudos, criar uma teoria relacionada aos ciclos políticos e verificando que a teoria econômica não conseguia integrar as ações governamentais aos tomadores de decisões privados, Downs (1957) decidiu explorar essa lacuna, especialmente porque a literatura tratava as ações de governo como uma variável exógena, sempre determinada por fatores políticos, estranhos à economia. De acordo com Martins (2002), os estudiosos da época não consideravam o governo como parte integrante da divisão social do trabalho, para eles a função do governo limitava-se a maximizar o bem-estar social.

Downs (1957) conseguiu esclarecer que cada agente da divisão social do trabalho tem motivos privados, sem prejuízo da sua função social. Ele defende que os agentes executam as suas funções sociais como forma de alcançar os seus próprios

objetivos, sejam para obter renda, prestígio ou poder, por exemplo. Desse modo, é inconcebível discutir uma teoria econômica ou proceder a uma análise de seu corpo principal sem discutir as motivações daqueles que decidem sobre quais ações governamentais serão tomadas.

No desenvolvimento da sua teoria Downs (1957) estabeleceu cinco postulados: 1) os partidos políticos são formados por homens que ocupam cargos políticos para obter a renda, o prestígio e o poder que os cargos são capazes de oferecer; 2) o partido ou grupo político vencedor tem absoluto controle das ações governamentais até a próxima disputa eleitoral; 3) os poderes econômicos do governo não têm limites; 4) os partidos que estão no poder não podem restringir a liberdade política dos partidos de oposição ou dos cidadãos, este é o único limite imposto aos grupos políticos que estão no poder; 5) os agentes comportam-se racionalmente, em todos os momentos.

Com base nestes axiomas, Downs (1957) estabeleceu a ideia central da sua tese, pela qual, em uma democracia, os partidos políticos formulam as suas políticas públicas como meio de ganhar votos, unicamente. Nessa ótica, a função social das políticas é apenas um subproduto, o interesse particular dos agentes prevalece. Isto implica em dizer que, em uma democracia, os políticos agem movidos pelo interesse de maximizar o número de votos que irão receber. Ainda segundo Downs (1957), entretanto, os eleitores possuem determinada racionalidade na escolha do voto, pois optam por aquele candidato ou partido que, segundo as suas crenças, lhe trará maiores benefícios ao vencer as eleições.

Downs (1957) analisou um cenário de conhecimento imperfeito e com informações onerosas. De acordo com o modelo do autor, conhecimento imperfeito significa: (a) que os partidos nem sempre conhecem os desejos dos cidadãos; (b) que os cidadãos nem sempre sabem o que os governos ou sua oposição fizeram, estão fazendo ou deveriam fazer para atender aos seus interesses; e (c) que as informações necessárias para vencer os dois tipos de ignorância são dispendiosas. Apesar de reconhecer que o cenário descrito traz muitas consequências para as ações do governo, o autor dedicou-se a três aspectos: persuasão; ideologia; e irracionalidade.

Admitindo a hipótese de conhecimento perfeito, nenhum cidadão teria condições de influenciar o voto do outro. Mas, assim que a ignorância surge, o caminho claro da estrutura de gosto para decisões de voto é obscurecido pela falta de conhecimento. Em função do desconhecimento, os eleitores precisam de outros fatos para estabelecer uma preferência. Neste cenário, os persuasores tornam-se eficazes.

Os persuasores, porém, não estão interessados em reduzir as incertezas dos eleitores, eles desejam influenciar os eleitores para que tomem uma decisão que ajude as suas próprias causas. Downs (1957) menciona algumas consequências importantes para as atividades políticas de governo. Entende o autor que, alguns homens são – politicamente – mais importantes que outros, uma vez que podem influenciar mais votos. O governo, agindo racionalmente, não pode ignorar esse fato na elaboração de políticas. Downs (1957) pondera ainda que, o governo não tem conhecimento perfeito sobre o que os eleitores esperam que ele faça, em razão disso, representantes do governo são enviados para sondar o eleitorado, descobrir suas necessidades e então persuadi-los. Noutras palavras, a escassez de informações transforma um governo democrata num governo representativo. A fim de convencer os eleitores de que as suas políticas irão beneficiá-los, os partidos demandam recursos escassos, tais como: tempo de publicidade na televisão e no rádio, recursos para propaganda, entre outros. Finalmente, o conhecimento imperfeito contribui sobremaneira para tornar um partido governista suscetível à corrupção.

Debruçado sobre o aspecto ideológico, Downs (1957) explica que, numa primeira análise o predomínio das ideologias na política parece contradizer a sua hipótese de pesquisa, porém essa contradição não se sustenta em face do conhecimento imperfeito. A falta de informações gera no eleitorado uma demanda por ideologias, uma vez que os cidadãos podem reduzir drasticamente o seu interesse em informações políticas, passando o eleitor a informar-se apenas sobre as ideologias, em detrimento de outras inúmeras questões que envolvem o governo.

O último aspecto tratado por Downs (1957) é o da irracionalidade. Como a informação é escassa, o eleitor tende a basear as suas decisões considerando apenas os dados disponíveis. Em termos políticos, o eleitor precisa de informações para decidir em qual partido votar e também para decidir como exercerá pressão sobre o governo, ou seja, para escolher quais serão as políticas públicas que serão utilizadas para pressionar as ações governamentais.

Levando-se em consideração que é irrisória a probabilidade de apenas um voto ser decisivo, Downs (1957) conclui que é irracional, para a maioria das pessoas, adquirir informações para fins de voto, razão pela qual o prosaico custo de obter informações para tomada de decisão em relação ao voto é maior que o eventual retorno que o voto pode dar. Com base neste argumento, o desconhecimento das políticas é uma consequência racional para os fatos da vida política em uma democracia. O autor reitera

que, caso a maior parte dos eleitores estivesse bem informada, o governo ver-se-ia obrigado a atender as exigências sociais como forma de evitar uma derrota. Por esse ângulo, inexistindo um mecanismo capaz de assegurar uma ação coletiva, a opção individual e irracional de manter-se mal informado prevalece, o que culmina por moldar as ações governamentais.

Ao sedimentar a base da teoria dos ciclos políticos, expondo como os três aspectos do conhecimento imperfeito (persuasão, ideologia e irracionalidade) podem influenciar as ações governamentais em busca dos interesses pessoais dos gestores, Downs (1957) propôs que a teoria dos ciclos políticos fosse trabalhada sob outros prismas. Há modelos que classificam os eleitores em racionais e irracionais quanto à formação de expectativas, e noutro ponto, existem os que dividem os partidos em oportunistas e com viés ideológico consistente.

Nordhaus (1975) concorda com a ideia de Downs (1957) de que os partidos políticos buscam apenas manter-se no poder, para tanto, fazem uso de políticas públicas que criam uma condição econômica supostamente favorável à sociedade a fim de aumentar a probabilidade de se reelegerem. Nessas condições, o autor considera os eleitores “míopes”, pois, desconhecem as manipulações praticadas pelos gestores para a criação de um ambiente ideal e tendem a basear suas opiniões eleitorais em eventos e ações recentes, vez que possuem memória decrescente, ou seja, o peso dos eventos mais recentes é maior do que os passados.

Utilizando um modelo de escolha pública intertemporal, que tem como fator decisivo para a escolha do eleitor a relação inflação-desemprego, Nordhaus (1975) assinala que os eleitores têm preferência por baixos níveis de desemprego e inflação baixa, logo, essas variáveis são cruciais para a decisão do voto e influenciam diretamente o comportamento das pessoas em períodos eleitorais. Ao examinar a relação inflação-desemprego por meio da curva de Phillips², Nordhaus (1975) exibiu a ação dos agentes políticos na tentativa de manipular votos a favor de seu partido. Para o autor, a taxa de desemprego segue em trajetória declinante ao longo do mandato, pois a intenção é que se crie um ambiente eleitoral favorável próximo à data da eleição, quando o índice de desemprego estará artificialmente baixo. Porém, com as altas taxas

² A Curva de Phillips é o nome pelo qual ficou conhecida uma teoria desenvolvida pelo economista neozelandês William Phillips em 1958. A teoria está baseada no conflito de escolhas entre inflação e desemprego e permite analisar a relação entre esses indicadores no curto prazo e segundo ela, uma menor taxa de desemprego leva a um aumento da inflação e uma maior taxa de desemprego provoca uma redução na taxa de inflação. Phillips utilizou um gráfico cartesiano de uma função para ilustrar a sua teoria (CORREIA; PEREIRA, 2011).

de emprego, a inflação tende a aumentar e, passado o período eleitoral, o partido vitorioso adota medidas para conter a escalada inflacionária, aumentando a taxa de desemprego, conseqüentemente.

Os estudos de Nordhaus (1975) revelam que modelos de indicação macroeconômica baseados em políticas eivadas de viés eleitoreiro geram menos desemprego e mais inflação do que o ótimo social; além disso, Nordhaus (1975) sustenta que a política partidária ideal induz a geração de ciclos político-econômicos, com altas taxas de desemprego e inflação controlada nos primeiros anos de mandato, seguidos de altas taxas inflacionárias e queda dos índices de desemprego nos anos em que as eleições são disputadas.

Para Hibbs Júnior (1977), os partidos seguem uma lógica para formularem suas políticas em busca de captação de votos, uma vez que as diferentes classes sociais buscam um ambiente econômico que lhes agrade e este se diferencia entre os grupos de eleitores. Enquanto as classes sociais mais baixas buscam um ambiente com baixas taxas de desemprego, a classe alta preocupa-se com as altas taxas de inflação, desse modo, um cenário de baixo desemprego e alta inflação agrada as camadas mais baixas da sociedade, ao passo que, um cenário de alto desemprego e baixa inflação agrada as camadas sociais mais nobres. A partir daí, Hibbs Júnior (1977) chegou à conclusão que os partidos políticos promovem políticas mais favoráveis às camadas sociais que eles consideram ser o núcleo do seu eleitorado.

As ideias de Hibbs Junior (1977) são reforçadas por Alesina (1987), que numa abordagem ideológica defende que os partidos são movidos por diferentes objetivos e incentivos, partindo do pressuposto que as agremiações políticas preocupam-se com os efeitos inerentes de suas políticas. O ciclo econômico observado por Alesina (1987) difere daquele proposto por Nordhaus (1975), vez que para a autora o ciclo econômico não está relacionado ao comportamento irracional do eleitor, nem a expectativas irracionais ou à desinformação dos eleitores. O modelo formatado por Alesina (1987) prevê, por exemplo, que nos Estados Unidos, é sempre possível verificar recessão no princípio das administrações republicanas e crescimento da produção acima das expectativas e inflação alta no início de toda administração democrata. Na segunda metade de ambos os governos, porém, o crescimento da produção deveria ser quase o mesmo, verificando-se, no entanto, uma taxa de inflação mais alta durante a administração democrata.

Alesina (1987) concluiu o seu modelo lançando a hipótese de que os ciclos eleitorais poderiam ser evitados, ou seja, para a autora, caso os partidos concordassem em seguir políticas semelhantes não haveria flutuações na produção e na inflação e os dois ciclos eleitorais seriam melhores. Toda vez que um partido é conduzido ao poder, deve seguir uma política que poderá maximizar os benefícios de curto prazo para o seu eleitorado ou poderá seguir uma política de cooperação que faz com que os dois ciclos melhorem no longo prazo.

Como forma de verificar a existência de um ciclo político-econômico nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, Alesina e Sachs (1988) empreenderam uma pesquisa cujos resultados também se chocaram com as ideias de Nordhaus (1975), uma vez que o modelo de Alesina e Sachs (1988) baseou-se na sistemática diferença entre as políticas monetárias patrocinadas por Democratas e Republicanos. As pesquisas dos autores apontaram que não se pode refugar a ideia de que o crescimento econômico tem sido sistematicamente diferente sob os dois tipos de administração e que essa diferença pode explicar as oscilações da produção e das taxas de inflação.

Rogoff e Silbert (1988) e Rogoff (1990) divergem de Nordhaus (1975) e, partindo das ideias iniciais dos ciclos políticos econômicos, sugerem certo refinamento da teoria, especialmente quando afirmam que existe uma assimetria informacional que prejudica a escolha do eleitor, uma vez que os partidos políticos têm acesso a determinadas informações privilegiadas, sobretudo a indicadores da gestão e, com essas informações em mãos, podem manipular o cenário no qual estão inseridos. Às vésperas de eleições, os agentes políticos poderão estabelecer medidas capazes de melhorar a imagem do gestor perante a sociedade, para isso irão focar seus esforços em variáveis fiscais capazes de garantir maior visibilidade, como por exemplo: gastos com pessoal, investimentos, entre outros. Rogoff (1990) contribuiu com a literatura, introduzindo o denominado *political budget cycle* (ciclo político-orçamentário), que parte da premissa de que, em períodos eleitorais, os políticos esforçam-se para adotar uma política fiscal expansionista, reduzindo tributos ou elevando gastos públicos com a finalidade de sinalizar para os eleitores uma suposta competência administrativa.

3 METODOLOGIA

Este estudo debruça-se sobre a teoria dos ciclos políticos ao analisar se indicadores macroeconômicos dos estados brasileiros e do Distrito Federal sofreram influência dos anos eleitorais no período que compreende os anos de 2005 a 2016, definido como documental no que tange aos procedimentos técnicos, pois em sua fase exploratória, amparou-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, “são trabalhos originais de pesquisa ou dados brutos, sem interpretação ou pronunciamentos” (COOPER; SCHINDLER, 2011, p. 104).

Quanto à abordagem caracteriza-se como pesquisa quantitativa, pois segundo Sampiere, Collado e Lucio (2013, p. 30) “utiliza a coleta de dados para testar hipóteses, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias”, ainda de acordo com os autores, “essa abordagem utiliza a lógica ou raciocínio dedutivo, que começa com a teoria para, a partir dela, derivar expressões lógicas denominadas hipóteses, que o pesquisador busca testar” (SAMPIERE; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 30). Acerca da natureza, de acordo com a tipologia de Gil (2008), trata-se de uma pesquisa aplicada, pois está voltada à “aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica” (GIL, 2008, p. 27). Em relação aos objetivos é possível afirmar, ainda com base no que defendem Cooper e Schindler (2011), que o estudo é exploratório e descritivo, pois se pretende “descobrir quem, o quê, onde, quando ou quanto”. No tocante ao tempo, a pesquisa assume características longitudinais com corte transversal, pois representa uma fotografia de um determinado momento (COOPER; SCHINDLER, 2011, p. 129).

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

A população e a amostra da pesquisa compreendem os 26 estados da federação, além do Distrito Federal, que compõem a República Federativa do Brasil, pois, de acordo com Afonso e Junqueira (2009), os Estados e o Distrito Federal concentram 35,4% do esforço em termos de investimento público, ainda segundo os autores, a esfera municipal concentra 40,3% dos investimentos, o que revela o aspecto descentralizador da aplicação dos recursos públicos no Brasil.

Contribuíram para a seleção da amostra, os seguintes fatores: (a) as eleições para governador ocorrem simultaneamente em todo o território nacional; (b) disponibilidade

dos dados cientificamente compilados pelo IBGE; (c) comparabilidade dos resultados entre os estados e o Distrito Federal; e (d) baixa densidade de pesquisas nacionais que abordam a teoria dos ciclos políticos e a sua relação com as variáveis macroeconômicas em nível estadual.

O período para análise dos dados englobará os anos 2005 a 2016. Este recorte temporal compreende o período que antecede a eleição para governadores em 2006 até dois anos após a eleição majoritária estadual de 2014, por força da disponibilidade dos dados. Os indicadores macroeconômicos do IBGE serão confrontados com os anos eleitorais e com o primeiro mandato dos governadores eleitos, como forma de investigar o comportamento dos eleitores e a influência da variação desses indicadores nos resultados das eleições majoritárias para governadores nos anos de 2006, 2010 e 2014, como forma de analisar três ciclos eleitorais.

O processo de coleta de dados se deu por meio da internet, exclusivamente. As informações foram extraídas do sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Já os indicadores macroeconômicos foram coletados do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente da Pesquisa Anual do Comércio (PAC); da Pesquisa Anual de Serviços (PAS); e da Pesquisa Anual da Indústria de Construção (PAIC).

3.2 VARIÁVEIS, TESTE DE MÉDIAS E MODELO ECONOMETRICO

Com base nos dados das pesquisas anuais do IBGE, os indicadores macroeconômicos utilizados na análise são a receita bruta das empresas; a remuneração paga aos trabalhadores; e o número absoluto de trabalhadores ocupados. Desse modo, são estimadas três regressões com dados em painel, cujas variáveis dependentes são os indicadores macroeconômicos.

Quadro 1 – Variáveis dependentes

Indicador Macroeconômico	Sigla
Receita bruta das empresas	RBE
Remuneração paga aos trabalhadores	RPT
Número absoluto de trabalhadores ocupados	NTO

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Para fins de seleção dos indicadores utilizados, foram considerados os métodos utilizados por Nordhaus (1975) que, observando a relação entre os índices de inflação e as taxas de desemprego conseguiu provar que no período que antecedia as eleições,

determinado governante manipulava a taxa de desemprego ao menor nível possível, como forma de conseguir votos de determinada parcela da população.

Considerando que o objetivo da pesquisa consiste em analisar se os anos eleitorais afetam os indicadores macroeconômicos nos estados brasileiros, as variáveis independentes de interesse foram apresentadas em *dummies*, uma vez que são de natureza qualitativa. Neste caso, se o gestor estiver em seu primeiro mandato, atribui-se o valor 1 para a variável Primeiro Mandato (PM) nos quatro anos de mandato do governador. Caso contrário, o valor 0 (zero) será atribuído aos quatro anos. A principal variável de interesse é a variável Primeiro Mandato e Ano Eleitoral (PMAE), que indica se o gestor está no primeiro mandato e se o ano é eleitoral. Se, pelo menos uma dessas condições não for atendida, atribui-se então, o valor 0 (zero).

Quadro 2 – Variáveis independentes

Variável		Classificação	Descrição
AE	Ano Eleitoral	1	Ocorrem eleições para governador no ano.
		0	Não ocorrem eleições para governador no ano.
PM	Primeiro Mandato	1	Gestor exerce o primeiro mandato.
		0	Gestor não exerce o primeiro mandato.
PMAE	Primeiro Mandato e Ano Eleitoral	1	Gestor exerce o primeiro mandato e o ano é eleitoral.
		0	Gestor não exerce o primeiro mandato ou não é ano eleitoral.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

As variáveis de controle foram definidas com base nas pesquisas de (ARVATE; MENDES; ROCHA, 2010; CARVALHO; OLIVEIRA, 2009; SAKURAI, 2009; SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2011; VICENTE; NASCIMENTO, 2012), que revelam que os gastos públicos podem ser influenciados pela agremiação política a qual o candidato é filiado.

Quadro 3 – Variáveis de controle

Variável	Descrição
PRE	<i>Dummy</i> que representa se o candidato que disputa a eleição estadual é filiado ao mesmo partido do Presidente da República.
POP	População estadual.
REG	Regiões geográficas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Como forma de verificar as influências políticas sobre os indicadores macroeconômicos, bem como a probabilidade de recondução do partido ao governo estadual, a variável de alinhamento político com o Presidente considera que o partido

que tenta a eleição no plano estadual e o partido do Presidente da República são coincidentes. Espera-se, portanto, um sinal positivo, indicando que o alinhamento político com o Presidente exerce influência sobre os indicadores macroeconômicos dos estados e do Distrito Federal, isso pode indicar a ocorrência de ciclos políticos. Já a variável População (POP), que utiliza o logaritmo natural da população de cada unidade da federação, busca verificar influências demográficas sobre os indicadores macroeconômicos.

A fim de verificar a influência das variáveis independentes sobre os indicadores macroeconômicos, utilizou-se a técnica econométrica de regressão com dados em painel. A equação abaixo apresenta o modelo econométrico utilizado para testar a influência do ano eleitoral e do primeiro mandato dos governadores sobre os indicadores macroeconômicos.

$$VM_{it} = \beta_0 + \beta_1 PM_{it} + \beta_2 AE_{it} + \beta_3 PMAE_{it} + \beta_4 VC_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

VM_{it} = Variável de indicador macroeconômico do Estado i , ano t ;

PM_{it} = Variável que indica se o governador exerce o primeiro mandato;

AE_{it} = Variável que indica se o ano é eleitoral;

$PMAE_{it}$ = Variável que indica se o governador exerce o primeiro mandato e se o ano é eleitoral;

VC_{it} = Variáveis de controle; e

ε_{it} = Termo de erro.

O uso deste modelo econométrico justifica-se em razão da amostra, que é composta por dados seccionais (estados) e temporais (anos). Com base nas pesquisas de Klein e Sakurai (2015), os indicadores macroeconômicos foram modelados em função do fator ano eleitoral.

Para comparar as médias das amostras independentes utilizou-se o Teste T, que é um teste que usa elementos estatísticos para testar médias de variáveis quantitativas. Na execução do Teste T hipóteses nulas e alternativas são formuladas e o valor de T é calculado por meio de uma função de densidade de probabilidade (COOPER; SCHINDLER, 2011, p. 182). Se a probabilidade for muito pequena, pode-se concluir que o resultado observado é estatisticamente relevante. Essa probabilidade é chamada

de p-valor, o ponto de corte utilizado nesta pesquisa correspondeu a 5%, sendo possível inferir estatisticamente que a hipótese nula foi rejeitada com nível de confiança de 95%.

3.3 QUADRO RESUMO DA METODOLOGIA

Como forma de condensar os processos metodológicos empregados na fase de coleta de dados, o Quadro 4 traz uma visão geral acerca das técnicas utilizadas.

Quadro 4 - Resumo metodológico da pesquisa

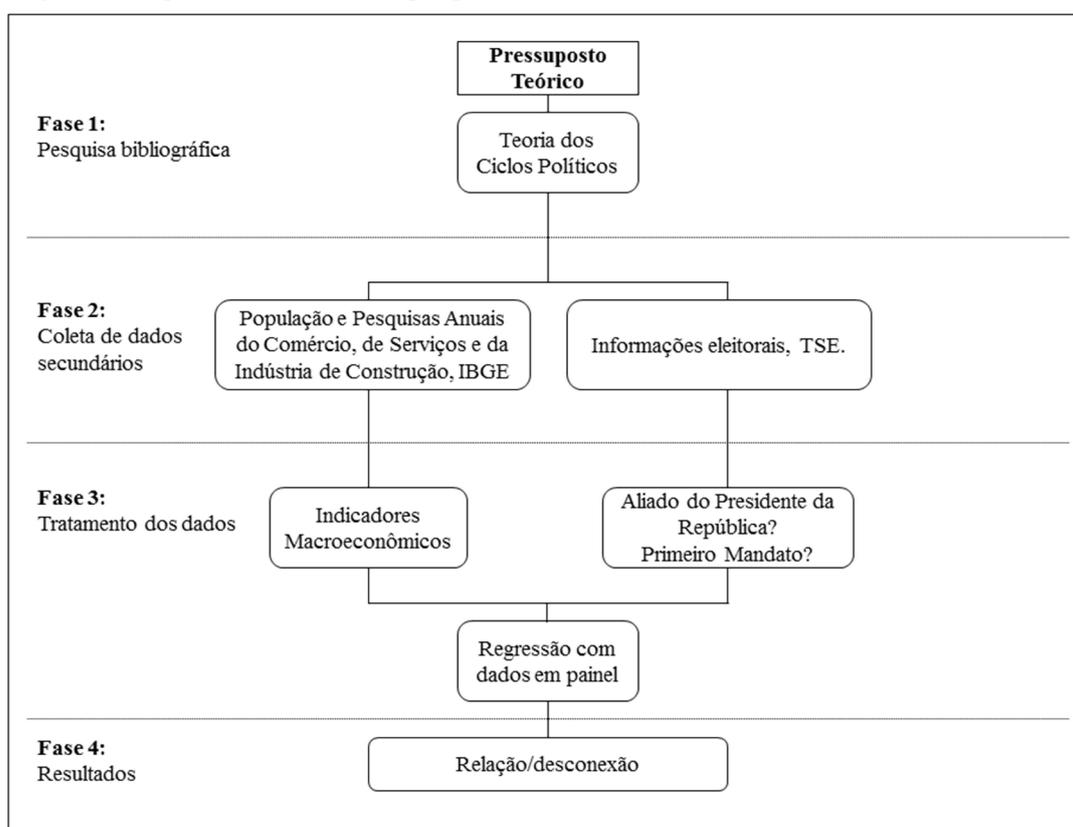
Tema	Teoria dos ciclos políticos e indicadores macroeconômicos		
Título	TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS E INDICADORES MACROECONÔMICOS: um estudo sobre os estados brasileiros		
Problema	A adequada aplicação dos recursos que se torna possível criar condições para a geração de benefícios à sociedade, como é o caso da produtividade das empresas e da geração de emprego e renda, por exemplo. É neste contexto, que se pretende analisar a eficiência da gestão dos estados brasileiros verificando se os indicadores macroeconômicos sofrem alguma influência pela maneira como os recursos públicos dos estados são geridos nos anos em que ocorrem eleições para governador, assim como nos anos em que os Governadores estão em primeiro mandato.		
Pergunta de pesquisa	Como os anos eleitorais afetam os indicadores macroeconômicos nos estados brasileiros?		
Objetivo Geral	Analisar como os anos eleitorais afetam os indicadores macroeconômicos nos estados brasileiros, no período que compreende os anos de 2005 a 2016.		
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Levantar os indicadores macroeconômicos dos estados brasileiros no período que compreende os anos de 2005 a 2016; - Analisar se os indicadores macroeconômicos dos estados brasileiros são influenciados por eventuais ciclos políticos; e - Verificar se, no primeiro ano de mandato, a gestão dos governadores influencia os indicadores econômicos dos estados brasileiros, no período que compreende os anos de 2005 a 2016. 		
Arcabouço teórico	Perspectiva epistemológica	Positivista	
	Referências e principais autores	DOWNS, A. <i>An economic theory of political action in a democracy</i> . <i>Journal of Political Economy</i> , v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957. NORDHAUS, W. D. <i>The political business cycle</i> . <i>Review of Economic Studies</i> , v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975. JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. <i>Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure</i> . <i>Journal of Financial Economics</i> , v. 3, p. 305-360, 1976. NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. <i>Revista Brasileira de Economia</i> , v. 64, n. 1, p. 3-24, 2010.	
Suporte metodológico	Delineamento	Quanto à natureza	Aplicada
		Quanto aos objetivos	Exploratória e Descritiva
		Quanto à abordagem do problema de pesquisa	Quantitativa
		Quanto aos procedimentos técnicos	Documental
	População e amostra	Não probabilística, por conveniência	Estados brasileiros e Distrito Federal
	Tratamento e análise dos dados	Estatística descritiva, teste de médias e regressão com dados em painel	<i>Software</i> GRETL e <i>Microsoft</i> Excel 2010.
Técnica de coleta de dados	Dados secundários		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

3.4 FASES DA PESQUISA

Para Sampiere, Collado e Lucio (2013, p. 30), “a pesquisa é um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos aplicados no estudo de um fenômeno”. Alertam os autores, que em pesquisas em que se pretende realizar a mensuração precisa de algo, o enfoque quantitativo é sequencial e comprobatório e cada fase precede à seguinte e os passos não podem ser pulados ou evitados. Esse processo, nesta pesquisa, é representado pela Figura 2.

Figura 2 - Mapeamento das fases da pesquisa



Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo da pesquisa está dividido em três partes, a primeira delas é dedicada à análise da amostra por meio de elementos de estatística descritiva, para tanto os estados brasileiros e o Distrito Federal foram separados de acordo com a divisão regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), em vigor desde 1970. A segunda parte traz os dados depois de testados estatisticamente. A terceira parte pretende encontrar respostas aos problemas de pesquisa por meio de inferências estatísticas.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Como forma de evidenciar as características macroeconômicas regionais, sobretudo no que tange aos indicadores objetos desta pesquisa, as Tabelas 1, 2 e 3 trazem, respectivamente, as médias aritméticas das Receitas Brutas das Empresas, das Remunerações Pagas aos Trabalhadores e do Número Absoluto de Trabalhadores Ocupados, referentes ao período que compreende os anos de 2005 a 2016 de todos os Estados e do Distrito Federal, agrupadas por região. Os dados foram extraídos da Pesquisa Anual do Comércio (PAC), da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) e da Pesquisa Anual da Construção Civil (PAIC), todas realizadas pelo IBGE. Os valores foram atualizados até o dia 31/07/2019 pelo IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Denota-se, a partir da análise da Tabela 1, que apenas as médias das Receitas Brutas das empresas sediadas nos Estados das regiões Sul e Sudeste apresentaram números acima da média nacional, a exceção fica por conta do Estado do Espírito Santo, cujas médias das receitas brutas das empresas não superaram as médias nacionais em nenhuma das atividades econômicas pesquisadas, o que coloca os números desse Estado em desarmonia com os números dos demais Estados da Região Sudeste.

Destacam-se os números de um Estado da Região Nordeste, trata-se da Bahia, que conseguiu romper a média nacional no quesito Receita Bruta das Empresas nas atividades de Comércio e Construção Civil, o que foi capaz de lhe conferir o melhor desempenho para estes indicadores entre os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Tabela 1 – Média das Receitas Brutas das Empresas, por atividade econômica e por Unidade Federativa (2005 a 2016)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS (em R\$ 1.000,00)		
	COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL
BRASIL	126.273.111,80	58.940.571,00	13.214.958,60
NORTE (\bar{X})	17.051.231,27	6.399.801,34	3.566.491,31
RO	15.068.810,72	4.068.014,89	3.695.068,02
AC	5.453.541,93	1.478.246,85	1.129.224,70
AM	38.027.161,94	17.253.788,91	5.379.694,42
RR	4.118.484,48	1.190.835,30	696.168,77
PA	42.267.098,02	16.302.152,21	10.765.300,23
AP	6.207.737,10	1.625.195,06	731.972,61
TO	8.215.784,69	2.880.376,15	2.568.010,39
NORDESTE (\bar{X})	56.472.051,95	18.076.064,41	7.224.713,75
MA	47.113.279,93	11.174.133,87	6.617.846,13
PI	25.920.324,38	4.989.933,73	2.678.685,75
CE	79.322.550,46	25.731.025,92	9.312.776,86
RN	34.186.420,98	9.680.865,92	4.738.387,52
PB	34.599.757,14	7.430.057,58	3.234.442,60
PE	101.354.523,82	35.235.945,34	13.445.982,58
AL	24.731.087,65	7.252.316,81	3.198.595,61
SE	18.699.372,32	6.373.631,14	3.288.115,69
BA	142.321.150,83	54.816.669,39	18.507.590,97
SUDESTE (\bar{X})	447.432.796,84	261.249.971,48	47.060.439,59
MG	318.333.670,92	124.130.941,69	35.432.972,10
ES	96.536.156,94	26.768.201,35	7.993.219,13
RJ	279.458.967,77	218.193.806,14	42.239.201,33
SP	1.095.402.391,74	675.906.936,75	102.576.365,81
SUL (\bar{X})	225.360.923,92	75.362.401,21	15.611.645,25
PR	259.764.280,37	85.202.419,82	16.861.695,36
SC	170.151.888,17	54.655.963,44	12.876.531,45
RS	246.166.603,22	86.228.820,37	17.096.708,95
CENTRO-OESTE (\bar{X})	78.988.243,26	28.206.284,61	7.934.831,27
MS	48.338.847,61	14.871.002,56	4.358.053,64
MT	86.103.763,48	20.480.479,08	5.775.851,44
GO	113.167.942,52	31.566.643,61	10.971.793,16
DF	68.342.419,42	45.907.013,20	10.633.626,84

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

As menores médias nacionais, para o quesito Receita Bruta das Empresas, ficaram por conta do Estado de Roraima, que apresentou os menores números para as três atividades econômicas pesquisadas. Os resultados de Roraima correspondem a pouco mais de 0,32% dos números do Estado de São Paulo, que é o que aparece com as melhores médias para o período pesquisado.

O Estado que ostenta o melhor resultado nacional é São Paulo, cujas médias para as três atividades econômicas são maiores que as médias somadas dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que aparecem com o segundo e terceiro melhores resultados nacionais, respectivamente.

A região que tem as melhores médias para os indicadores macroeconômicos pesquisados é a Sudeste, seguida das Regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, o

que coaduna com números de outros indicadores, como é o caso do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com publicação informativa do IBGE (2018) que traz estimativas do PIB brasileiro segregadas por região. Assim como ocorre com os dados desta pesquisa, o PIB do Estado de São Paulo destoa dos demais estados brasileiros e a Região Norte concentra os estados que apresentam os menores PIBs do país. O PIB do Estado de Roraima, que é o Estado que tem o menor PIB do país, corresponde a 0,54% do PIB do Estado de São Paulo, por exemplo.

Tabela 2 – Média das Remunerações pagas aos trabalhadores, por atividade econômica e por Unidade Federativa (2005 a 2016)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	REMUNERAÇÃO PAGA AOS TRABALHADORES (em R\$ 1.000,00)		
	COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL
BRASIL	7.074.702,78	10.749.607,19	2.338.625,87
NORTE (\bar{X})	792.727,70	1.025.312,80	638.021,80
RO	577.886,56	571.473,39	799.712,75
AC	309.751,37	303.543,91	162.298,47
AM	1.652.560,42	2.683.151,39	862.122,11
RR	243.603,38	193.294,40	96.373,81
PA	2.073.226,15	2.754.359,86	2.042.387,08
AP	356.245,52	321.803,97	144.426,56
TO	335.820,53	349.562,65	358.831,83
NORDESTE (\bar{X})	2.765.806,07	3.411.573,07	1.323.191,32
MA	2.238.113,49	1.810.505,91	1.226.875,41
PI	1.308.199,56	973.079,13	461.176,98
CE	3.793.529,17	5.096.058,94	1.478.871,27
RN	1.791.985,57	1.894.190,54	787.771,09
PB	1.532.586,44	1.366.307,91	563.770,38
PE	4.809.552,87	7.111.570,01	2.659.877,04
AL	1.234.315,56	1.201.727,36	508.948,82
SE	1.030.203,49	1.216.807,93	585.300,71
BA	7.153.768,47	10.033.909,93	3.636.130,14
SUDESTE (\bar{X})	27.097.538,95	47.959.128,87	8.462.611,62
MG	17.331.010,62	23.050.623,16	6.517.337,66
ES	3.843.276,93	4.872.870,91	1.367.636,85
RJ	17.817.029,05	42.165.537,31	7.881.171,16
SP	69.398.839,22	121.747.484,11	18.084.300,80
SUL (\bar{X})	12.514.640,67	13.595.191,64	2.664.771,59
PR	14.231.519,01	15.200.709,12	2.937.402,72
SC	9.582.972,62	10.487.994,67	2.080.042,85
RS	13.729.430,37	15.096.871,12	2.976.869,20
CENTRO-OESTE (\bar{X})	3.660.387,17	4.933.989,09	1.230.815,69
MS	2.265.655,84	2.043.857,43	662.945,32
MT	3.553.502,33	2.555.892,47	958.758,68
GO	5.351.273,83	5.363.840,03	1.824.022,30
DF	3.471.116,68	9.772.366,42	1.477.536,46

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

Avaliando as médias das remunerações pagas aos trabalhadores nos Estados e no Distrito Federal, de que trata a Tabela 2 a seguir, é possível perceber que os protagonistas se repetem, ou seja, as regiões Sul e Sudeste são as únicas que superam a média nacional e, a exemplo do que se verificou com a receita bruta das empresas, na

região Sudeste, apenas o Estado do Espírito Santo apresentou resultados muito abaixo dos seus vizinhos, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Estado de São Paulo apresentou as maiores médias e assim como ocorreu com o indicador Receita Bruta das Empresas, os números paulistanos são maiores que as médias somadas dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que detém o segundo e o terceiro melhor resultado, respectivamente.

O Estado da Região Norte que obteve os melhores resultados, tanto no que se refere ao indicador Receita Bruta das Empresas quanto ao indicador Remuneração paga aos trabalhadores foi o Pará.

Tabela 3 – Média do Número de Trabalhadores Ocupados, por atividade econômica e por Unidade Federativa (2005 a 2016)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO ABSOLUTO DE TRABALHADORES OCUPADOS		
	COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL
BRASIL	341.809,76	391.443,04	76.894,57
NORTE (\bar{X})	39.634,54	43.908,00	20.554,89
RO	27.933,08	26.308,00	21.460,00
AC	16.429,92	15.068,50	6.843,17
AM	79.336,75	109.314,75	26.131,92
RR	13.962,67	11.530,42	4.221,00
PA	102.899,25	113.997,00	67.675,92
AP	20.255,33	15.074,75	5.171,08
TO	16.624,75	16.062,58	12.381,17
NORDESTE (\bar{X})	171.175,75	166.567,97	50.508,31
MA	137.302,92	90.866,25	46.340,75
PI	87.316,08	54.704,58	23.311,75
CE	250.043,17	257.899,67	60.730,33
RN	112.396,00	99.839,75	32.963,33
PB	100.940,00	72.029,83	28.184,50
PE	279.138,50	330.686,50	89.503,08
AL	81.666,67	65.175,33	22.220,00
SE	62.307,92	62.498,17	25.060,83
BA	429.470,50	465.411,67	126.260,25
SUDESTE (\bar{X})	1.202.701,71	1.572.968,96	254.742,25
MG	1.024.874,00	1.008.508,08	238.211,50
ES	207.726,75	207.358,83	51.090,33
RJ	840.634,17	1.284.244,92	212.461,83
SP	2.737.571,92	3.791.764,00	517.205,33
SUL (\bar{X})	611.029,19	563.013,50	94.983,31
PR	706.858,42	614.804,17	101.026,67
SC	448.252,08	442.548,67	78.611,33
RS	677.977,08	631.687,67	105.311,92
CENTRO-OESTE (\bar{X})	191.736,42	195.394,48	43.443,83
MS	118.093,33	100.004,75	25.508,00
MT	172.171,67	115.571,33	32.448,83
GO	300.728,83	263.417,83	65.092,33
DF	175.951,83	302.584,00	50.726,17

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

O resultado do Estado do Pará é notável, pois, naturalmente espera-se que os melhores indicadores macroeconômicos dessa região venham do Estado do Amazonas, que abriga a única Zona Franca do país. Os números do PIB apurados pelo IBGE (2018) apontam para a mesma direção.

Depreende-se, a partir da análise da Tabela 3, que assim como demonstraram as Tabelas 1 e 2, os Estados que se destacam em suas regiões, nos indicadores macroeconômicos pesquisados, são sempre os mesmos, assim como as regiões que exibem os melhores números também se repetem.

Verifica-se, porém, que a Região que apresenta os números mais homogêneos é a Sul, inobstante os resultados de Paraná e Rio Grande do Sul, que estão sempre à frente, nesta ordem, de Santa Catarina.

De uma maneira geral, considerando os resultados nacionais, a Atividade de Comércio obteve as melhores médias para o indicador Receita Bruta das Empresas, o resultado nacional se repetiu nas regiões. A atividade de serviços, porém, é a que paga os melhores salários e a que mais emprega, dentre as atividades econômicas pesquisadas, as exceções ficam por conta das regiões Nordeste e Sul, cuja atividade econômica que tem as melhores médias para o indicador Número de trabalhadores ocupados é a do Comércio, seguida da atividade de Serviços.

4.2 TESTE DE MÉDIAS

Para avaliar a influência dos anos eleitorais sobre a receita bruta das empresas; sobre as remunerações pagas aos trabalhadores; e sobre o número absoluto de trabalhadores ocupados, que constituem os indicadores macroeconômicos objetos da pesquisa, foram utilizadas *dummies* que indicam se o ano é eleitoral (AE); se o Governador está em primeiro mandato (PM); e se o ano é eleitoral e se o Governador está em primeiro mandato, simultaneamente (PMAE).

Com a finalidade de atender aos objetivos da pesquisa, realizou-se o Teste T para duas amostras com variâncias presumidamente diferentes, as amostras utilizadas para efeito do teste foram divididas em dois grupos, o primeiro é formado pelo ano eleitoral (AE) que refere-se aos anos em que ocorreram eleições para Governador e o segundo pelo que ficou identificado nas Tabelas 4, 5 e 6 como demais anos (DEMAIS), que compreendem os anos em que não ocorreram eleições para Governador, de acordo com o calendário eleitoral nacional. O teste serviu para verificar se as médias dos

grupos diferem estatisticamente ao nível de 5% (ou 0,05) e assim se as suas médias diferem.

Os resultados do teste, envolvendo os dados de toda a amostra e todo o período proposto para a pesquisa, agrupados por indicador macroeconômico e segregados por atividade econômica, apontam que não houve variação estatística significativa, ou seja, não há evidência estatística – considerando os números globais da pesquisa – capaz de sugerir uma relação positiva entre os anos eleitorais e os indicadores macroeconômicos utilizados.

Tabela 4 – Teste de médias das Receitas Brutas das Empresas, por atividade econômica

VARIÁVEIS INDEPENDENTES		TESTE DE MÉDIAS - RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS			
		ATIVIDADE ECONÔMICA			
		COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL	
ANO ELEITOAL	MÉDIA	AE	125.940.652,08	59.158.607,82	13.818.256,41
		DEMAIS	126.383.931,70	58.867.892,06	13.013.859,32
	P-VALOR (Teste T)		0,493642024	0,493248039	0,387832921
PRIMEIRO MANDATO	MÉDIA	PM	132.647.137,01	63.043.976,93	13.729.029,28
		DEMAIS	112.789.596,92	50.260.289,22	12.127.501,37
	P-VALOR (Teste T)		0,202851384	0,193706717	0,243719713
PRIMEIRO MANDATO E ANO ELEITORAL	MÉDIA	PMAE	141.815.227,83	68.503.074,41	14.864.334,72
		DEMAIS	122.955.131,97	56.899.137,69	12.862.844,59
	P-VALOR (Teste T)		0,298017027	0,299041935	0,286625373

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

Entretanto, analisando a Tabela 4 é possível inferir que embora os resultados do Teste T não tenham revelado significância estatística, as atividades econômicas de serviços e construção civil experimentaram um aumento nas médias nos anos eleitorais. Verificou-se que as médias para a atividade econômica comércio sofreram um sensível declínio. Já no primeiro mandato, as médias aumentaram em todas as atividades econômicas pesquisadas, a exemplo do que foi possível constatar para a variável PMAE (Primeiro Mandato e Ano Eleitoral).

O resultado do teste de médias para a variável remuneração paga aos trabalhadores apresentou resultados semelhantes aos da variável receita Bruta das Empresas, ou seja, as médias variaram em praticamente todas as variáveis e atividades econômicas, seja positivamente ou negativamente, entretanto estatisticamente não se deve considerar que as médias são distintas.

Tabela 5 – Teste de médias das Remunerações pagas aos trabalhadores, por atividade econômica

VARIÁVEIS INDEPENDENTES			ATIVIDADE ECONÔMICA		
			COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL
ANO ELEITORAL	MÉDIA	AE	7.077.420,81	10.726.777,44	2.419.176,61
		DEMAIS	7.073.796,77	10.757.217,10	2.311.775,62
	P-VALOR (Teste T)		0,499188139	0,4961383463	0,416784629
PRIMEIRO MANDATO	MÉDIA	PM	7.439.640,37	11.384.093,82	2.397.429,02
		DEMAIS	6.302.719,41	9.407.423,91	2.214.234,60
	P-VALOR (Teste T)		0,234491713	0,239717928	0,337784655
PRIMEIRO MANDATO E ANO ELEITORAL	MÉDIA	PMAE	8.090.942,83	12.328.247,42	2.582.868,13
		DEMAIS	6.857.752,66	10.412.594,10	2.286.484,26
	P-VALOR (Teste T)		0,295024266	0,316819351	0,31997974

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Com o auxílio da Tabela 5 é possível constatar que existem sensíveis alterações nas médias, sendo as maiores delas observadas nas variáveis Primeiro Mandato e Primeiro Mandato e Ano Eleitoral para as atividades de Comércio e Serviços, como forma de ilustrar estas variações, convém notar que para o Primeiro Mandato verificou-se uma variação negativa de 15,28% para o Comércio e de 17,36% para Serviços. Taxas semelhantes podem ser verificadas para a variável Primeiro Mandato e Ano Eleitoral, com uma variação de 15,24% para a atividade de Comércio e de 15,54% para a atividade de Serviços.

Para a atividade de Construção Civil as variações mais acentuadas ocorreram também nas variáveis Primeiro Mandato e Primeiro Mandato e Ano Eleitoral, porém, numa menor intensidade, para a variável Primeiro Mandato, por exemplo, a variação limitou-se a 7,64%, já para a variável Primeiro Mandato e Ano Eleitoral a alteração das médias ficou em 11,47%. Nestes casos, as variações foram positivas, ou seja, no Primeiro Mandato os indicadores foram influenciados positivamente e nos demais anos a influência verificada ocorreu de maneira negativa, assim como ocorreu com a variável Primeiro Mandato e Ano Eleitoral, o que já pode significar uma maior possibilidade de recondução para os Governadores, tendo em vista a influência positiva que o Primeiro Mandato exerceu sobre os indicadores macroeconômicos pesquisados.

Com respeito ao indicador número absoluto de trabalhadores ocupados, os anos eleitorais apresentaram variações positivas apenas na atividade de construção civil, conforme se verifica na Tabela 6, já em relação às variáveis Primeiro Mandato e

Primeiro Mandato e Ano Eleitoral as médias foram superiores em todas as atividades econômicas pesquisadas.

A atividade de comércio registrou variação negativa no Ano Eleitoral e variações positivas para as variáveis Primeiro Mandato e Primeiro Mandato e Ano Eleitoral, o fenômeno repetiu-se para a atividade econômica de serviços. Já no caso da atividade econômica construção civil houve variação positiva para todas as variáveis. As taxas de variação verificadas para o indicador número absoluto de trabalhadores ocupados são similares às do indicador remuneração paga aos trabalhadores.

Tabela 6 – Teste de médias do Número Absoluto de Trabalhadores Ocupados

VARIÁVEIS INDEPENDENTES		ATIVIDADE ECONÔMICA			
		COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL	
ANO ELEITORAL	MÉDIA	AE	340.628,68	389.911,25	77.969,17
		DEMAIS	342.203,46	391.953,63	76.536,37
	P-VALOR		0,49103448	0,491565876	0,459337426
PRIMEIRO MANDATO	MÉDIA	PM	358.622,33	413.659,38	79.142,01
		DEMAIS	306.244,72	344.446,92	72.140,36
	P-VALOR		0,192332533	0,204948689	0,279613325
PRIMEIRO MANDATO E ANO ELEITORAL	MÉDIA	PMAE	377.027,26	440.033,91	82.665,60
		DEMAIS	334.291,42	381.069,70	75.662,55
	P-VALOR		0,314989318	0,316209489	0,343148933

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

Apesar de constatadas variações nas médias, deve-se reiterar, porém, que como o resultado do teste não apontou significância estatística, não é possível inferir estatisticamente que as médias são diferentes.

4.3 REGRESSÃO COM DADOS EM PAINEL

Como forma de alcançar os objetivos da pesquisa e analisar se os ciclos políticos afetam os indicadores macroeconômicos nos estados brasileiros, no período que compreende os anos de 2005 a 2016, aplicou-se – na execução dos painéis – o logaritmo natural nas variáveis dependentes, para fins de nivelamento e, conseqüentemente, amenização das disparidades, já que considerando dados como população, PIB, densidade demográfica, receita bruta, média dos salários e número de trabalhadores

ocupados, as amplitudes são relevantes quando comparadas as regiões geográficas, os estados brasileiros e o Distrito Federal.

Considerando que as variáveis de interesse são o Ano Eleitoral, o Primeiro Mandato e o Primeiro Mandato e o Ano Eleitoral, o método de análise utilizado foi o de dados em painel, uma vez que a pesquisa trabalha com dados seccionais e temporais, o teste foi realizado com nove regressões para cada painel, sendo que cada painel representa uma atividade econômica.

Os dados foram separados em dois grupos distintos de variáveis, que foram isolados e analisados separadamente, ou seja, as variáveis independentes, que são o ano eleitoral, o primeiro mandato e o primeiro mandato e ano eleitoral compuseram o primeiro grupo. O segundo grupo foi formado pelas variáveis de controle que dizem respeito à partidariade política do governador, à população dos estados e as regiões geográficas. Desse modo, não se estabelece relação direta entre os dois grupos de variáveis com as variáveis dependentes, que correspondem às atividades econômicas que compõem parte do objeto da pesquisa (comércio, serviços e construção civil).

De acordo com o teste de Kolmogorov-Smirnov os painéis analisados apresentam problemas de normalidade, contudo, de acordo com Gujarati (2006), em grandes amostras heterogêneas, como é o caso da que se analisa neste ensaio, a pressuposição da distribuição normal dos dados é flexibilizada pelo Teorema do Limite Central, o que não interfere na consistência do modelo. Como a análise levou em consideração números de 26 estados e do Distrito Federal ao longo de 12 anos, os problemas de normalidade não exercerão influência sobre a qualidade dos resultados, dados o tamanho e a heterogeneidade da amostra e, para fins de correção deste ponto, os painéis foram processados com erro-padrão robusto.

O teste de White revela que não existem problemas relacionados à heterocedasticidade da amostra, o que, de acordo com Field (2009), significa que a variância dos resíduos gerados pela estimação do modelo utilizado é constante, ademais o teste de Chow aponta que não há quebra estrutural nos painéis. Os testes de diagnóstico do painel (estimador de efeitos fixos, teste de Bresuch-Pagan e teste de Hausman), porém, revelam a existência de efeito aleatório na amostra para o primeiro painel que será exposto, que é o que traz os números da receita bruta das empresas comerciais, para os demais painéis os testes mostraram a ocorrência de efeito fixo na amostra.

O teste foi realizado com a finalidade de verificar se os anos eleitorais exercem influência sobre os indicadores macroeconômicos dos estados e do Distrito Federal. Para tanto, foram utilizados todo o período da pesquisa (2005 a 2016) e as variáveis dependentes: Receita Bruta das Empresas; Remunerações paga aos trabalhadores; e Número absoluto de trabalhadores ocupados 1 dependente PM (Primeiro Mandato) e como variável independente as regiões brasileiras.

As Tabelas 7, 8 e 9 trazem a influência dos anos eleitorais e do primeiro mandato sobre os indicadores macroeconômicos Receita bruta das empresas, Remuneração paga aos trabalhadores e Número absoluto de trabalhadores ocupados.

A Tabela 7 apresenta a influência dos anos eleitorais e do primeiro mandato sobre o indicador macroeconômico Receita Bruta das Empresas. Os coeficientes das variáveis relacionadas às regiões apresentaram problemas de colinearidade exata para as atividades de serviços e construção civil, o que impede qualquer inferência estatística e em razão disso tais números foram excluídos da análise.

A partir da Tabela 7, pode-se verificar que os indicadores macroeconômicos não apresentaram comportamento uniforme para a Receita Bruta das Empresas no período analisado. Para a atividade de comércio, por exemplo, foi possível constatar uma relação negativa a nível estatístico de 1% entre a região Nordeste (NE) e a receita bruta das empresas comerciais, ou seja, os resultados da análise apontam que o fato de um Estado estar localizado na região Nordeste é determinante para que as receitas brutas das empresas comerciais instaladas nos estados daquela região sejam impactadas negativamente.

Efeito contrário se observa para a região Centro Oeste (CO), que sofre impacto positivo a nível estatístico de 10%, em relação à receita bruta das empresas comerciais, o que significa que o fato de uma empresa comercial estar sediada em um Estado da região Centro Oeste é determinante para que a sua receita bruta seja impactada positivamente.

Verifica-se ainda, a partir da Tabela 7 que somente as receitas brutas das atividades de Serviços e Construção Civil foram impactadas negativamente pelo Primeiro Mandato, com significância estatística ao nível de 10%, o que significa que o Primeiro Mandato dos Governadores influenciou negativamente a receita bruta das empresas de serviços e de construção civil.

Tabela 7 – Influência dos ciclos políticos sobre a receita bruta das empresas

VARIÁVEIS	RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS		
	COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL
Constante	-1,90204	-81,4983***	-74,6634***
AE	-0,0284621	-0,0416972	0,0767165
PM	-0,0267348	-0,0570677*	-0,0973453*
PMAE	0,0447465	0,0145604	-0,0489028
PRE	0,507904***	0,153477***	0,250652***
POP	1,26170***	6,39863***	5,88239***
N	-0,442545	---	---
NE	-0,695572***	---	---
S	0,321847	---	---
SD	---	---	---
CO	0,462620*	---	---
R ²	0,469674	0,224858	0,408231

Nota: Os sinais *, ** e *** representam significâncias estatísticas a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Estes achados chocam-se frontalmente com a Teoria dos Ciclos Políticos, já que segundo Downs (1957), os governantes desenvolvem determinadas políticas públicas na esperança de criarem uma condição econômica supostamente favorável à sociedade, para aumentarem as suas chances de reeleição.

Os números da Tabela 7 indicam que o fato de o governante do Estado ou do Distrito Federal estar filiado ao mesmo partido do Presidente da República influencia positivamente a receita bruta das empresas com significância estatística ao nível de 1%, o que aponta para a ocorrência de ciclos políticos, já que pesquisas apontam que os níveis de eficiência das gestões podem ser influenciados pelo interesse que o governante tem em concorrer à reeleição ou eleger um partidário (BESLEY; CASE, 1995; FERRAZ; FINAN, 2005; KLEIN; SAKURAI, 2015).

Com respeito à população, os dados da Tabela 7 comprovam com inferência estatística ao nível de 1%, que o tamanho da população dos estados e do Distrito Federal influencia positivamente a receita bruta das empresas, ou seja, quanto maior a população dos estados, maior é a receita bruta das empresas.

As inferências relacionadas à Remuneração paga aos trabalhadores são ilustradas pela Tabela 8 e a partir da sua análise, pode-se constatar que a exemplo do que ocorreu com o indicador Receita Bruta das empresas, a análise de alguns coeficientes foi prejudicada em razão dos problemas de colinearidade exata.

É possível observar outras semelhanças entre os resultados dos dois indicadores, pois assim como ocorreu com a Receita Bruta das empresas, o fato de o governante do Estado ou do Distrito Federal estar filiado ao mesmo partido do Presidente da República

influenciou positivamente (com significância estatística a 1%) o valor da remuneração média paga aos trabalhadores das três atividades econômicas pesquisadas, o mesmo se verifica para a variável que trata do contingente populacional dos estados e do Distrito Federal.

Tabela 8 – Influência dos ciclos políticos sobre a remuneração paga aos trabalhadores

VARIÁVEIS	REMUNERAÇÃO PAGA AOS TRABALHADORES		
	COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL
Constante	-98,4935***	-4,08195***	-105,745***
AE	-0,0272998	-0,0195263	0,0473742
PM	-0,0815563	0,0668333	-0,0870056
PMAE	0,00611298	-0,0124375	-0,0606280
PRE	0,166158***	0,410622***	0,286901***
POP	7,38787***	1,24692***	7,79920***
N	---	-1,04329***	---
NE	---	-1,25162***	---
S	---	-0,1115418*	---
SD	---	---	---
CO	---	-0,136665	---
R ²	0,247179	0,585293	0,448479

Nota: Os sinais *, ** e *** representam significâncias estatísticas a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O terceiro indicador macroeconômico estudado é o número absoluto de trabalhadores ocupados e a relação dele com os anos eleitorais, a Tabela 9, expõe os coeficientes dessa relação, assim como as suas significâncias estatísticas.

Tabela 9 – Influência dos ciclos políticos sobre o número absoluto de trabalhadores ocupados

VARIÁVEIS	NÚMERO ABSOLUTO DE TRABALHADORES OCUPADOS		
	COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL
Constante	-20,9838***	-40,0632***	-3,81714***
AE	0,0235169	-0,0173740	0,0722784
PM	-0,0212158	-0,0199346	0,00239992
PMAE	-0,0189474	0,0193004	-0,0614179
PRE	0,0709271***	0,0679155***	0,191413***
POP	2,15238***	3,39847***	0,962452***
N	---	---	-0,514487***
NE	---	---	-0,563822***
S	---	---	-0,231621***
SD	---	---	---
CO	---	---	-0,119539***
R ²	0,103380	0,145597	0,363670

Nota: Os sinais *, ** e *** representam significâncias estatísticas a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Assim como ocorreu com os dois indicadores anteriores, não foi possível qualquer inferência para as variáveis de controle Norte, Nordeste Sul e Sudeste em

razão dos dos problemas de colinearidade exata. Contudo, foi possível verificar também, que há uma forte relação com nível de significância estatística à razão de 1%, entre o fato de o governante do Estado ou do Distrito Federal estar filiado ao mesmo partido do Presidente da República e o número absoluto de trabalhadores ocupados para as três atividades econômicas pesquisadas, as populações dos estados e do Distrito Federal são igualmente influenciadas ao mesmo nível de significância estatística.

Os resultados obtidos por meio da regressão com dados em painel confirmam as evidências obtidas por meio da estatística descritiva. De um modo geral, os indicadores macroeconômicos e variáveis que se mostraram estatisticamente diferentes são aqueles que apresentaram significância estatística nos modelos de regressão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar se os ciclos políticos afetam determinados indicadores macroeconômicos dos estados brasileiros e do Distrito Federal, no período que compreende os anos de 2005 a 2016. Para consecução de tal objetivo, foi necessário levantar os indicadores macroeconômicos selecionados para a pesquisa, que compreendem a receita bruta das empresas; a remuneração paga aos trabalhadores; e o número absoluto de trabalhadores ocupados do ano de 2005 até o ano de 2016. Além disso, foi preciso analisar também se os preditos indicadores sofrem influência de eventuais ciclos políticos e se o primeiro mandato dos governadores influencia os indicadores macroeconômicos em epígrafe, considerando o recorte temporal proposto.

A pesquisa utilizou o Teste T como forma de comparar as médias das receitas brutas das empresas; das remunerações pagas aos trabalhadores; e dos números absolutos de trabalhadores ocupados, tudo no âmbito dos estados e do Distrito Federal e adicionalmente propôs inferências estatísticas a partir da regressão com dados em painel, para verificar a influência dos anos eleitorais sobre tais indicadores.

Avaliando os indicadores macroeconômicos dos estados brasileiros e do Distrito Federal, buscavam-se evidências capazes de comprovar que os anos eleitorais e o primeiro mandato dos governadores afetam determinados indicadores macroeconômicos dos estados brasileiros e do Distrito Federal.

Os resultados dos testes de médias mostraram que os anos eleitorais, o primeiro mandato e a simultaneidade entre o primeiro mandato e o ano eleitoral influenciaram positivamente as receitas brutas das empresas que exploram as atividades econômicas de serviços e construção civil. Para a atividade de comércio percebeu-se uma sensível redução nas médias, o que atende parcialmente ao que se esperava, já que se buscavam evidências para a influência positiva dos anos eleitorais sobre todos os indicadores econômicos, como forma de evidenciar a ocorrência de ciclos políticos. Porém, o Teste T revelou que as médias não diferiram estatisticamente, razão pela qual não é possível inferir estatisticamente a ocorrência dos ciclos políticos.

O disposto no parágrafo anterior pode ser explicado pela série de impedimentos legais que visam proibir a contratação de despesas públicas e a realização de investimentos em anos eleitorais. Dois dispositivos podem ilustrar tais impedimentos: 1) a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LC 101/2000), que ficou conhecida

como Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 21, proíbe que nos 180 (cento e oitenta) dias que antecedem o fim do mandato eletivo, ocorra a expedição de qualquer ato administrativo que implique no aumento da despesa total de pessoal (BRASIL, 2000); 2) o artigo 42, também da LC 101/2000, prevê que não poderá o governante, nos oito últimos meses do mandato, contratar despesas públicas que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem a suficiente disponibilidade de caixa (BRASIL, 2000).

Os efeitos de tais dispositivos, certamente criados como forma de combater a corrupção e coibir o abuso do poder político e/ou econômico, podem refletir na diminuição da receita bruta das empresas, no valor dos salários pagos e no número de trabalhadores ocupados, já que os estados e o Distrito Federal exercem importantes papéis na indução da economia.

A única inferência estatística, diretamente relacionada aos objetivos da pesquisa, possível de se fazer com os resultados encontrados, está relacionada ao primeiro mandato dos governadores. De acordo com os achados da pesquisa, o fato de os governadores estarem em primeiro mandato exerce influência apenas sobre as receitas brutas das empresas que exploram as atividades econômicas de serviços e de construção civil, ambas diferiram estatisticamente ao nível de 10%, e tal influência é negativa, ou seja, verificou-se uma diminuição na receita bruta das empresas de serviços e de construção civil nos primeiros mandatos dos governadores dos estados e do Distrito Federal.

Esperava-se uma relação positiva para a variável de alinhamento político com o Presidente da República, pois de acordo com Queiroz (2015), a coincidência partidária entre governadores e o Presidente da República aumenta a probabilidade de reeleição de prefeitos e governadores e de fato, os modelos de regressão elaborados apontaram significância estatística e sinal positivo ao nível de 1% para os governadores filiados ao mesmo partido do Presidente da República, para todos os indicadores macroeconômicos e para todas as atividades econômicas pesquisadas. Desse modo, pode-se concluir que o fato de o governador ser filiado ao mesmo partido do chefe do executivo nacional exerce influência positiva sobre as receitas brutas das empresas, sobre os salários pagos aos trabalhadores e sobre o número de trabalhadores ocupados dos estados ou do Distrito Federal, o que pode sugerir a ocorrência de ciclos políticos.

A pesquisa de Queiroz (2015), porém, pretendia inferir a influência partidária entre governadores e presidente buscando respostas eleitorais, ou seja, o seu estudo

preocupou-se em verificar se a coincidência partidária com o presidente exerceu alguma influência sobre as chances de recondução dos governadores. Queiroz (2015) constatou uma relação positiva de significância estatística ao nível de 5%, o que indicou que o alinhamento político com o presidente influenciou positivamente as chances de sucesso em eleições municipais brasileiras nos anos de 2004, 2008 e 2012.

Foi possível constatar que a variável População (POP), que utiliza o logaritmo natural da população, exerce influências demográficas sobre os indicadores macroeconômicos dos estados e do Distrito Federal, para todos os indicadores pesquisados.

Acessoriamente, verificou-se que a atividade econômica do comércio é a que detém o melhor desempenho para o indicador receita bruta das empresas e a atividade econômica de serviços é a que mais emprega e a que paga os melhores salários. Restou evidente a pujança econômica do Estado de São Paulo que apresentou as melhores médias nacionais para todos os indicadores, sendo que os seus números isolados são melhores até do que o de algumas regiões.

Os resultados sugerem, portanto, que os ciclos políticos não afetam, em níveis de significância estatística, a receita bruta das empresas, a remuneração paga aos trabalhadores e o número absoluto de empregados ocupados dos estados brasileiros e do Distrito Federal.

A presente pesquisa apresenta algumas limitações relacionadas à disponibilidade dos dados, pois inexistente série histórica contendo indicadores macroeconômicos ortodoxos como é o caso do PIB, por exemplo, razão pela qual os dados referentes aos indicadores macroeconômicos utilizados neste estudo foram coletados das pesquisas setoriais anuais do IBGE.

Importa ressaltar que as pesquisas nacionais sobre a teoria dos ciclos políticos são razoavelmente recentes. Desse modo, ainda existe um amplo campo a ser explorado sobre essa temática. As eleições presidenciais também representam um campo interessante de estudos sobre esse assunto e neste caso outros indicadores macroeconômicos poderiam ser utilizados, como é o caso do PIB, das taxas cambiais, de inflação e desemprego, por exemplo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José R. R.; JUNQUEIRA, Gabriel G. Investimento público no Brasil é mais municipal que federal. **Revista de Administração Municipal**, v. 55, n. 272, p. 18-25, 2009.

AKDERE, Mesut; AZEVEDO, Ross E. Agency Theory Implications for Efficient Contracts in Organization Development. **Organization Development Journal**, Chesterland, v. 24, n. 2, p. 43-54, 2006.

AKERLOF, G. The market for 'lemons': quality, uncertainty and the market mechanism. **Quartely Journal of Economics**, v. 84, p. 488-500, 1970.

AKERMAN, J. Political economic cycles. **International Review for Social Sciences**, v. 1, n. 2, p. 107-117, 1947.

ALBUQUERQUE, João Henrique Medeiros de; ANDRADE, Cacilda Soares de; MONTEIRO, Geiziane Braga; RIBEIRO, Juliana Cândida. Um estudo sob a óptica da Teoria do Agenciamento sobre a *accountability* e a relação Estado-Sociedade. In: VII Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2007, São Paulo. **Anais...**, FEA/USP, 2007.

ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**, v. 102, n. 3, p. 651-678, 1987.

ALESINA, A.; SACHS, J. Political parties and business cycle in the United States, 1948-1984. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 20, n. 1, p. 63-82, 1988.

ARROW, K. J. The economics of agency. In: Pratt, J. W., Zeckhauser, R. S. (Eds.), *Principal and Agents: the structures of business*. **Harvard Business School Press**, Boston, p. 37-57, 1985.

ARVATE, P. R.; MENDES, M.; ROCHA, A. Are voters fiscal conservatives? Evidence from Brazilian municipal elections. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 1, p. 67-101, 2010.

AUBIN, CHRISTIAN. L'analyse positive de la politique monétaire. **Estudos do Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF)**, v. 1, n. 2, 2009.

BALAGUER-COLL, M. T.; BRUN-MARTOS, M. I.; FORTE, A.; TORTOSA-AUSINA, E. Local governments' re-election and its determinants: new evidence based on a bayesian approach. **European Journal of Political Economy**, v. 39, p. 94-108, 2015.

BESLEY, T.; CASE, A. Does Electoral *Accountability* Affect Economic Policy Choices? Evidence from Gubernatorial Term Limits. **The quarterly journal of economics**, v. 110, n. 3, p. 769-798, 1995.

BESSENT, A. M.; Bessent, E. W. *Determining the Comparative Efficiency of Schools through Data Envelopment Analysis*. **Educational Administration Quarterly**, v. 16, n. 2, p. 57–75, 1980.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de Informação: um enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de maio de 2000. Seção 1, p. 1.

BRENDER, A.; DRAZEN, A. How Do Budget Deficits and Economic Growth Affect Reelection Prospects? Evidence from a Large Panel of Countries. **American Economic Review**, v. 98, n. 5, p. 2203-2220, 2008.

BROUSSEAU, G. Approche théorique des activités didactiques. **Cours donné à l'Universitat Autònoma de Barcelona**, 1993.

BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon. The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy. **Indianapolis: Liberty Fund**, 1962.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de; SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de; STUDART, Rogério. **Economia Monetária e Financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CARVALHO, F. A. A.; OLIVEIRA, K. V. A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998/2006. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 46-64, 2009.

CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs.). **Manual de estudos organizacionais**. Londres: Sage, 1996.

COOPER, D. R., SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 10 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CORREIA, F. M.; PEREIRA, J. B. Curva de Phillips e macrodinâmica do capital ótimo. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 221-242, 2011.

CRUZ, Cláudia Ferreira da; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins. Tendências Teóricas nos estudos com abordagem na Divulgação e Transparência de Informações sobre Gestão Pública. In: III EnADI, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre: EnADI, 2011.

DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 400 p.

- DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.
- DRAZEN, A.; ESLAVA, M. Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. **Journal of Development Economics**, v. 92, p. 39-52, 2010.
- EISENHARDT, Kathleen M. Agency theory: an assessment and review. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.
- FERRAZ, C.; FINAN, F. Reelection Incentives and Political Corruption: evidence from brazilian audit reports, 2005. **Annual meeting of the American Agricultural Economics Association**, jul, p. 24-27, 2005.
- FIALHO, Tânia M. M. Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 51, n. 3, p. 379-389, 1997.
- FIANI, Ronaldo. Teoria dos custos de transação. In: DAVID, Kupfler; HASENCLEVER, Lia (Org.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- FIELD, A. Descobrimo a estatística usando SPSS. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANZESE, C. **Federalismo cooperativo no Brasil: da Constituição de 1988 aos sistemas de políticas públicas**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FREY, B.; LAU, L. J. Towards a mathematical model of government behaviour. **Zeitschrift für Nationalökonomie**, v. 28, p. 355-380, 1968.
- GAITAN, F. G. **Administracion publica**. Republica de Colombia: Escuela Superior de Administracion Publica, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUJARATI, Damodar. **Econometria básica**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
- HATCH, M. J. **Organization theory: modern, symbolic and postmodern perspectives**. Oxford: Oxford University, 1997.
- HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HIBBS JUNIOR., D. A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios 2016. **Contas Nacionais, n. 65**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

_____. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, IBGE, 2017.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, 1976.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. **The Political Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 322-330, 1943.

KATSIMI, M.; SARANTIDES, V. Do elections affect the composition of fiscal policy in developed, established democracies? **Public Choice**, v. 151, p. 325-362, 2012.

KLEIN, F. A. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 2, p. 283-337, 2010.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. *Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy*. **European Journal of Political Economy**, v. 37, p. 21-36, 2015.

KLOMP, J.; HAAN, J. *Political budget cycles and election outcomes*. **Public Choice**, v. 157, p. 245-267, 2013.

LEMIEUX, Pierre. *The state and public choice*. **The Independent Review**, v. 20, n. 1, p. 23-31, 2015.

LINDBECK, A. Stabilization policy in open economies with endogenous politicians. **American Economic Review**, v. 66, n. 2, p. 1-19, 1976.

MANZOOR, Azhar. *A Look at Efficiency in Public Administration: Past and Future*. **Sage Open**, oct-dec, p. 1-5, 2014.

MARTINEZ, Antonio. Lopo. *Agency Theory na pesquisa contábil*. In: XXII Encontro da ANPAD, 1998, Foz de Iguaçu. **Anais...**, 1998.

MARTINS, R. C. A. As teorias dos ciclos políticos e o caso português. **Estudos do GEMF**, n. 5, 2002.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDES, Andréa Paula Segatto. **Teoria da agência aplicada à análise de relações entre os participantes dos processos de cooperação tecnológica universidade-empresa**. 260 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2001.

MILLER, Gary J. The political evolution of principal-agents model. **Annual Review of Political Science**, v. 8, p. 203-225, 2005.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, p. 3-24, 2010.

NORDHAUS, W. D. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

ORAIR, R. O.; GOUVÊA, R. R.; LEAL, E. Ciclos políticos eleitorais e investimentos das administrações públicas no Brasil. Brasília: **Ipea**, 2014. (Texto para Discussão, n. 1999).

PELTZMAN, S. Voters as fiscal conservatives. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 107, n. 2, p. 327-361, 1992.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009.

QUEIROZ, D. B. **Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais**: um estudo nos municípios brasileiros. 2015. 134 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 21-26, 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

ROSS, S. The economic theory of agency: the principals problem. **American Economic Review**, v. 20, n. 2, p. 22-32, 1973.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RUTGERS, M. R.; VAN DER MEER, H. (2010). The origins and restriction of efficiency in public administration: Regaining efficiency as the core value of public administration. **Administration & Society**, v. 42, n. 7, p. 755-779, 2010.

SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 - 2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. **Public Choice**, v. 137, p. 301-314, 2008.

_____. Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. **Public Choice**, v. 148, p. 233-247, 2011.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTANA JUNIOR, Jorge José Barros. **Transparência fiscal eletrônica**: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis. Recife, 2008.

SANTOS, C. A. Assimetria de informações e racionamento da oferta de crédito. In: **Sistema Financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas**, Brasília: SEBRAE, p. 61-64, 2004.

SCHILLEMANS, Thomas. *Moving beyond the clash of interests on stewardship theory and the relationships between central government departments and public agencies*. **Public Management Review**, v. 15, n. 4, p. 541-562, 2013.

SIFFERT FILHO, Nelson Fontes. Governança corporativa: padrões internacionais e evidências empíricas no Brasil nos anos 90. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 9, jun, 1998.

SILVA, Marcos F. G. Políticas de governo e planejamento estratégico como problemas de escolha pública II. **Revista de Administração de Empresas**, v. 36, n. 4, p. 38-50, 1996.

SIQUEIRA, Fernando Faria de. Ciclo Político: uma revisão literária. **Temas de economia aplicada FIPE**, p. 57-66, abr, 2016.

SLOMSKI, Valmor; MELLO, Gilmar Ribeiro de; TAVARES FILHO, Francisco; MACÊDO, Fabrício de Queiroz. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo, Atlas, 2008.

TEBCHIRANI, F. R. **Princípios de economia**: micro e macro. 3. Ed. Curitiba: Ibpex, 2012

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, v. 131, p. 45-64, 2007.

VERGNE, C. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**, v. 25, p. 63-77, 2009.

VICENTE, E. F. R.; NASCIMENTO, L. S. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, p. 106-126, 2012.

VISCUSI, W. Kip; GAYER, Ted. *Behavioral public choice: the behavioral paradox of government policy*. **Harvard Journal of Law and Public Policy**, v. 38, n. 3, p. 973-1007, 2015.

WITTE, K.; LÓPEZ-TORRES, L. Efficiency in education: a review of literature and a way forward. *Journal of the Operational Research Society*, v. 68, n. 4, p. 339-363, 2017.